

A atuação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) nos Núcleos Coloniais da Baixada Fluminense

Fabricio Teló*

1. Introdução

O objetivo deste artigo é analisar a atuação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), por meio de sua Guarda Rural, nos núcleos localizados em Cachoeiras de Macacu e em Duque de Caxias, sobretudo durante o ano de 1966, quando a chefia dos guardas estava sob a responsabilidade do General Francisco Saraiva Martins. A questão que orienta o trabalho é como os militares exerciam poder sobre os lavradores e como foram capazes de impor um determinado ordenamento social nas áreas onde atuavam. As principais fontes utilizadas foram entrevistas com agricultores¹ e com funcionários do Ibra, reportagens de jornal², relatórios produzidos pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ) e documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI)³.

A hipótese com a qual o artigo trabalha é que o poder exercido pelo Ibra sobre os lavradores combinava, por um lado, ações de violência, repressão e autoritarismo e, por outro, iniciativas de aproximação a fim de ganhar sua simpatia e evitar que os “agentes da subversão” conseguissem seu apoio. Idêntica postura adotaram as Forças Armadas com a forte repressão a tudo que representasse ameaça à ordem, acompanhada de as ações de assistência social que seguiam a perspectiva das Ações Cívico-Sociais (ACISO).

O artigo se estrutura da seguinte forma: iniciaremos com uma breve contextualização histórica acerca dos núcleos coloniais e da criação do Ibra. Em seguida discutiremos rapidamente as fontes utilizadas. Posteriormente, analisaremos como o poder do Ibra se exercia por meio de ações marcadas pela violência física. O item

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Bolsista TCT na pesquisa "Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988), entre março de 2014 e fevereiro de 2015.

¹ As entrevistas foram realizadas apenas com antigos moradores do Núcleo Papucaia. Por limitações de tempo não foi possível fazer trabalho de campo nos demais núcleos.

² Todas as reportagens consultadas encontram-se disponíveis on-line na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, no site: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

³ Disponíveis no Arquivo Nacional na plataforma do Projeto Memórias Reveladas.

seguinte se concentra nas formas de resistência desenvolvidas pelos lavradores para permanecer na terra a despeito da violência. Na sequência, apontamos as formas não violentas de exercício do poder. Para finalizar proporemos uma reflexão sobre as implicações políticas dessa combinação de estratégias.

2. Contextualização histórica

De acordo com Grynspan (1987), a Baixada Fluminense no início do século XX, apresentava grandes extensões de terras – em sua maioria, públicas – abandonadas, incultas e em alguns trechos pantanosas. Com a tomada do poder por Getúlio Vargas em 1930, o governo federal intensificou as iniciativas no sentido de criar condições para que a região fosse melhor aproveitada e se criasse um cinturão verde no entorno da então capital federal (Rio de Janeiro) para garantir o abastecimento de alimentos para a população que nela vivia e para os núcleos urbanos da Baixada em intenso processo de industrialização e urbanização.

Dentre as principais obras estão as de saneamento e de drenagem de rios, para diminuir as áreas pantanosas e torná-las agricultáveis. Outra iniciativa importante foi a criação de núcleos coloniais nos quais foram assentadas famílias de lavradores nacionais e estrangeiros, com o objetivo de produzir alimentos. Dos sete núcleos criados, apenas um – o de Macaé – não era situado na Baixada. Tais núcleos foram um importante atrativo populacional, responsável pelo significativo crescimento da população nessa região. Inicialmente sob a responsabilidade da Divisão de Terras e Colonização, os núcleos passaram para a alçada do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic), criado em 1954, e posteriormente à Superintendência de Política de Reforma Agrária (Supra), criada em 1962, por João Goulart e que durou apenas dois anos.

Com os militares no poder, foi elaborado o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30/11/1964). Com ele, a antiga Supra foi extinta, sendo criados dois novos órgãos, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda).⁴ Esta substituição foi realizada com o objetivo de sinalizar uma mudança nas diretrizes políticas que passariam a orientar a política agrária daquele momento em diante. Se, com a Supra, havia algum tipo de parceria entre

⁴ Dentre as principais atribuições do Ibra estava a de promover elaboração e coordenar a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária, a ser submetido à aprovação do Presidente da República. Ao Inda cabia a função de desenvolver atividades de incentivo ao desenvolvimento das áreas destinadas à reforma agrária.

governo e lideranças sindicais de esquerda, com o Ibra esse tipo de relação era praticamente impossível. Ao contrário, como veremos nos casos abordados nesse artigo, o Ibra atuava como um braço auxiliar do Exército na perseguição aos “comunistas”⁵. Em notícia publicada na edição de 12/04/1966, o jornal *Correio da Manhã* informa que o Ibra exigia, para a regularização dos camponeses nos núcleos coloniais, a “apresentação de atestado ideológico e título de eleitor”⁶. Não foi possível obter maiores informações a respeito desta exigência, mas trata-se de um indicativo da forma como os guardas do Ibra classificavam os lavradores e definiam se eles poderiam ou não ficar nos lotes em que estavam. Pela conjuntura não é difícil prever qual era o perfil ideológico que deveria ser apresentado⁷. Havia um entendimento entre os militares de que os camponeses eram ingênuos e, portanto, presa fácil dos comunistas, concepção que se evidencia nos documentos do Inquérito Policial Militar 709 referente ao PCB⁸.

Uma das formas adotadas pelo Ibra para defender sua atuação era desqualificar os órgãos que o antecederam (o Inic e a Supra). Em uma nota pública distribuída em 05/12/1966, o Ibra afirma:

A competência que tem o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária de distribuir terras e regularizar a situação dos concessionários se reveste, no momento atual, de uma imensa complexidade porque não se trata apenas de iniciar uma tarefa, mas também de corrigir um trabalho mal iniciado e posto em vigor há alguns anos pelo Inic e pela Supra que o antecederam (trecho citado em reportagem do jornal *Correio da Manhã* de 06/12/1966).

⁵ A palavra foi colocada entre aspas para chamar a atenção para o fato de que nem todos que foram perseguidos eram do PCB de fato. Muitos dos presos e perseguidos eram do PTB, ao qual pertenciam tanto João Goulart quanto o prefeito de Cachoeiras de Macacu, Ubirajara Muniz, ou não pertenciam a nenhuma organização política, mas tinham colaborado com ocupações de terras. Muitos comunistas se abrigavam no PTB para disputar mandatos. Todos, porém, foram enquadrados na mesma categoria dos “comunistas” que, de acordo com a ideologia dos militares e dos setores da sociedade que apoiaram o golpe, deveriam ser banidos do país para evitar que o Brasil se transformasse em uma “nova Cuba”. Embora não tenhamos acessado nenhuma referência documental a membros do PCdoB nesse período em Cachoeiras de Macacu, é possível que houvesse algum membro também desse partido no município. Araújo (1982) menciona a presença de militantes do partido na Baixada Fluminense entre 1962 e 1964, controlando cerca de oito conflitos fundiários, mas não dá maiores informações sobre o fato.

⁶ Ibra vai despejar 5.000 camponeses no Estado do Rio. *Correio da Manhã*, 12/04/1966.

⁷ Este tipo de atestado era exigido também aos dirigentes sindicais tanto urbanos como rurais desde as primeiras legislações sindicais. O decreto 19.770, de 19 de março de 1931, por exemplo, proibia a difusão de propagandas de “toda e qualquer ideologia sectária”.

⁸ IPM 709, O comunismo no Brasil: o inquérito policial militar nº 709. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966. Volume 01: Introdução; volume 02: A construção e a infiltração comunista; volume 03: Agitação, propaganda e movimentação de massas; volume 04: A ação violenta.

Paulo de Assis Ribeiro⁹, presidente do Instituto, em coletiva de imprensa no dia 02/12/1966, afirmou que para fazer a reforma agrária seria necessário rigidez e dureza na interpretação das leis. Por isso ela devia ser feita por militares, qualificados por ele como “os únicos que têm coragem de aplicar a lei serenamente, nunca violentamente” e também os únicos que não admitem “dar um jeitinho”¹⁰, o que evidencia como era forte na época a ideia de que os militares “reorganizariam” o país, colocado em um “caos” pelos governos do pré-64. Esse tipo de concepção foi central para a sustentação do golpe que deu início à ditadura.

Após a criação do Ibra, o governo de Castelo Branco tomou diversas iniciativas no sentido de regulamentar sua atuação: publicou três decretos e um decreto-lei¹¹ e promulgou a Lei nº 4.947, de 06/04/1966, que fixava normas de direito agrário e dispunha sobre o sistema de organização e funcionamento do Ibra. Em seu capítulo II, artigo 12, esta lei previa a criação de “Comissões Especiais de Verificação e Regularização”, cujo objetivo, segundo o texto da lei, era garantir nos Núcleos Coloniais o cumprimento do Decreto-Lei nº 6.117, de 16/12/1943, especificamente seu artigo 32, que previa a exclusão do colono que deixasse de cultivar o lote por um período maior do que três meses, não cultivasse a área mínima estabelecida, desvalorizasse o lote ou não observasse qualquer dos dispositivos desse decreto-lei. Na prática essa lei foi utilizada para “colocar ordem na casa” no sentido de expulsar todos os lavradores envolvidos nas ocupações de terra e na construção dos sindicatos de trabalhadores rurais, em plena expansão naquele momento dos anos 1960.

A Baixada Fluminense tinha sido palco de diversas ocupações de terra e de intensos conflitos fundiários no período anterior ao golpe, alguns deles com resistência armada. Os que tiveram maior repercussão foram os da Fazenda São José da Boa Morte (vizinha ao núcleo de Papucaia), Fazenda São Lourenço (próxima ao Núcleo São Bento), Fazenda Santa Alice (área de litígio pertencente ao Núcleo Santa Alice, em

⁹ De acordo com Esteves (2012, p. 223), Ribeiro foi um engenheiro, economista e professor, que se afirmava reconhecidamente como “um dos principais tecnoempresários que forjaram, na urdidura das lutas políticas da conjuntura histórica do pré-64, as diretrizes daquilo que seria adotado pelo primeiro governo militar como um plano de reforma agrária brasileiro. (...) Paulo de Assis Ribeiro foi um dos mais atuantes intelectuais orgânicos entre as décadas de 1940 e 1970 no Brasil. Ocupou, nesse período, inúmeros cargos de direção em organismo públicos e privados, destacando-se como um dos principais articuladores dos círculos tecnoempresariais que se opunham ao governo de João Goulart. Paulo de Assis Ribeiro fazia parte do IPES do Rio de Janeiro, onde ajudaria a formular um projeto de ‘Reforma Agrária’ que serviria de base para a elaboração do Estatuto da Terra”. (IPES: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Foi um espaço importante de articulação para o golpe de 1964).

¹⁰ Presidente do Ibra diz que antipatia não o fará recuar. *Jornal do Brasil*, 03/12/1966, p. 7.

¹¹ Decretos nº 55.889, de 31/03/1965; nº 59.428, de 27/10/1966 e nº 59.566, de 14/11/1966. O Decreto-Lei é o de nº 57, de 18/11/1966.

Itaguaí), Pedra Lisa (em Nova Iguaçu) e Capivari e Piranema (próximas ao Núcleo de Tinguá). Esses conflitos impunham preocupação aos proprietários de terra, pois várias dessas fazendas, como a São José da Boa Morte e a São Lourenço haviam sido desapropriadas pelo governo João Goulart. Antes disso, algumas áreas também foram objeto de desapropriação pelos governos estaduais. Era a própria noção inquestionável de propriedade que estava sendo ameaçada. Outro elemento que contribuía para o foco dos militares na Baixada era a busca por participantes dos Grupos dos Onze¹², já que, na região, era grande o número de grupos que havia se formado em atendimento à convocação feita por Brizola em seus programas de rádio.

O Ibra decidiu pela revogação de tais decretos, conforme indica reportagem de 12/04/1966, do *Correio da Manhã*:

Cinco mil camponeses que ocupam metade das áreas desapropriadas pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária [aqui provavelmente trata-se de um erro do jornal, pois as áreas a que se referem foram desapropriadas não pelo Ibra, mas pela Supra, no governo Jango] e pelo Governo do Estado do Rio serão despejados de suas terras em virtude da revogação do decreto desapropriatório, por sugestão das comissões técnicas do Ibra que sugeriram a devolução aos seus antigos proprietários de 11 das 22¹³ áreas entregues a lavradores. Alegando que ‘o alto preço das terras e o baixo rendimento econômico das explorações existentes desaconselham o aproveitamento das glebas para fins agrícolas’, os técnicos do Ibra sugerem o despejo, entre outros, dos camponeses que ocupam as fazendas Penha-Caixaão (101 famílias), Piranema (189), Capivari (234), Mato Grosso (107), Engenho do Mato (23) e Largo, em São João da Barra (50), totalmente 704 famílias¹⁴.

¹² Os Grupos dos Onze (ou Comandos Nacionalistas) foram uma iniciativa liderada pelo então deputado federal pela Guanabara, Leonel de Moura Brizola, no fim de 1963, a fim de pressionar o presidente João Goulart a implantar as Reformas de Base, principalmente a reforma agrária. Por meio da rádio Mayrink Veiga, Brizola mobilizava a sociedade a formar os grupos. Os estados onde houve maior adesão foram o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro. Tiveram vida curta pois, com a cassação de Brizola, após o golpe de 1964, o movimento se enfraqueceu drasticamente.

¹³ É preciso relativizar a expressão “antigos proprietários” porque em geral essas áreas eram objeto de disputa de diversos atores. No caso da Fazenda São José da Boa Morte, por exemplo, havia sete pessoas que se reivindicavam proprietárias. Ao longo do regime militar as demais áreas foram aos poucos tendo seus decretos de desapropriação revogados. A Fazenda São José da Boa Morte teve a última de suas glebas devolvida em 1975.

¹⁴ Ibra vai despejar 5.000 camponeses no Estado do Rio. *Correio da Manhã*, 12/04/1966.

Estas comissões de verificação – que tinham “poderes para aplicar as sanções previstas em lei”¹⁵ – formavam o que ficou conhecido como Guarda Rural do Ibra. Inicialmente chefiada pelo general Francisco Saraiva Martins, mais conhecido como “general Saraiva”, no Rio de Janeiro a Guarda foi formada por ex-soldados do 1º Batalhão de Polícia do Exército do Rio de Janeiro, escolhidos, segundo reportagem de 03/12/1966 do *Jornal do Brasil*, “a dedo”¹⁶. Em uma coletiva de imprensa, no dia 02/12/1966, na sede do Ibra, o presidente da instituição, Paulo de Assis Ribeiro assim se referiu aos guardas selecionados: “são mais disciplinados e não têm medo de enfrentar antipatias”¹⁷.

Um ex-soldado dessa Guarda nos concedeu uma entrevista por *e-mail* e deu o seguinte relato sobre a constituição do grupo:

[Um] representante do Ibra foi selecionar os candidatos diretamente no quartel da PE [Polícia do Exército], onde 95% dos soldados eram oriundos dos Estados do Paraná e Santa Catarina. Foram escolhidos somente aqueles de *comportamento exemplar, que estivessem saindo com menção honrosa*. Igual critério foi adotado na seleção de soldados que preferiram o emprego de segurança na Petrobras e na extinta Fábrica Nacional de Motores – FNM. *Treinamento e capacitação durante três meses foram ministrados por militares da Reserva do Exército e por funcionários do Ibra* (psicólogos, sociólogos, engenheiros etc). Entre os critérios para a admissão existiam algumas exigências, tais como: carteira de motorista profissional, saber operar com aparelho de rádio amador, saber nadar e andar a cavalo e, o mais importante, não ser casado. Um guarda, pelo menos, casou-se e foi demitido¹⁸ (Ex-guarda rural, entrevista concedida a Fabricio Teló, por *e-mail*, 15/07/2015, grifos nossos).

Os trechos em *itálico* foram destacados para evidenciar que foi feita uma escolha criteriosa dos soldados que iriam compor a guarda a fim de que os serviços prestados seguissem uma determinada orientação, qual seja, a formação disciplinada e

¹⁵ O artigo 12, no qual se encontra esse trecho, reporta ao Decreto nº 59.428, de 30/12/1966, porém o referido ato normativo não menciona nenhuma sanção além da rescisão contratual. Tem-se, portanto, uma lacuna a ser investigada para se identificar a quais sanções o artigo se referia.

¹⁶ Presidente do Ibra diz que antipatia não o fará recuar. *Jornal do Brasil*, 03/12/1966, p. 7.

¹⁷ Presidente do Ibra diz que antipatia não o fará recuar. *Jornal do Brasil*, 03/12/1966, p. 7. De acordo com o periódico, estes militares utilizavam um uniforme específico, de cor amarelada, semelhante ao da Polícia Militar, bem como um armamento diferenciado: pistolas calibre 45, rifles de longo alcance, facas, facões e machados. Em função disso, os lavradores se referiam à Guarda do Ibra como a “peste amarela”, em referência à peste que havia assolado a região no século XIX, provocando a morte de muitas pessoas, e também em referência à cor do uniforme que utilizavam.

¹⁸ Não chegamos a investigar o motivo pelo qual havia a exigência de o guarda não ser casado.

marcadamente anticomunista, típica das Forças Armadas brasileiras. Este espírito se fortaleceu com os movimentos tenentistas e com o Levante Comunista de 1935. Diversos mecanismos para conter o avanço das ideias comunistas entre os militares foram criados depois desses episódios, com destaque para o Regimento Disciplinar do Exército (1942). Iniciativas de glorificação dos anticomunistas mortos em combate também levavam à construção de uma imagem negativa dos revoltosos. Posteriormente, o contexto da Guerra Fria deu novo dinamismo à luta contra o comunismo, não apenas no interior das Forças Armadas, mas na sociedade em geral. Na formação dos militares, o comunismo era concebido como uma invasão, que deveria ser contida como em uma guerra. A diferença era que na guerra contra o comunismo, o inimigo é interno e, no caso de uma vitória do adversário, o derrotado não seriam apenas os militares, mas a sociedade como um todo (GUIMARÃES, 2014).

Eram militares com essa formação (especialmente aqueles que a tinham incorporado melhor, já que eram escolhidos os “mais disciplinados”) que compunham a Guarda Rural do Ibra e atuavam nos núcleos coloniais. Sendo o objetivo de sua presença nesses locais justamente a aniquilação do “inimigo interno” (os comunistas), torna-se mais fácil entender por que sua atuação foi caracterizada por tamanha violência com os lavradores, como veremos no item seguinte.

3. Memória e violência: uma breve reflexão sobre as fontes

Como mencionado na introdução, este artigo se baseia fundamentalmente em três tipos diferentes de fontes: entrevistas, reportagens de jornal e documentos do SNI. Neste subitem, portanto, faremos uma breve discussão sobre as implicações do uso de cada uma delas. Começaremos com uma reflexão sobre a relação entre memória e violência no âmbito da história oral; depois sobre o uso da imprensa como fonte e, por fim, chamaremos atenção para a importância da relativização dos arquivos como fonte de pesquisa.

3.1 A história oral e as peculiaridades da memória

A reflexão a respeito do passado a partir das memórias das pessoas demanda certo cuidado em função das peculiaridades desse tipo de fonte. Halbwachs (1990) nos lembra que a memória é sempre coletiva. Passa por sucessivos processos de enquadramento, que têm a ver com a inserção social do indivíduo. Embora a memória seja individual, ela não pode ser pensada como algo estritamente do indivíduo, porque é

construída com as pessoas com as quais se convive e o conjunto de avaliações morais que essas pessoas produzem a respeito do mundo. Para o autor, o processo de construção do passado é mediado pela sociedade e não apenas pelas subjetividades.

Pollack (1989) nos lembra que a memória é seletiva, herdada e fruto de uma luta política. Ela está sempre em disputa. O autor propõe que, para além da memória oficial, reconhecida pela coletividade hegemônica, existem memórias subterrâneas (aquilo que é silenciado, o não-dizível), que fazem o papel subversivo de colocar em questão as memórias oficiais. Daí a constante agonística que marca os processos de construção e afirmação da memória. Um dos exemplos citados por Pollack para tratar dessas memórias latentes é o das mulheres que sofreram violações sexuais e que se sentem envergonhadas de externalizar essa experiência.

As memórias dos camponeses, que ora são trazidas neste trabalho, foram elaboradas no contexto de uma entrevista a dois desconhecidos que se apresentaram como estudantes que participavam de um projeto de pesquisa que buscava conhecer os episódios de violências sofridas pelos camponeses no período da ditadura. É importante que esse tipo de dado seja levado em consideração no momento da leitura dos trechos das entrevistas, pois a todo momento, as pessoas avaliam que tipo de informação pode ser passada dependendo da situação em que se encontram, das pessoas com quem estão interagindo, do contexto histórico-político do momento e assim por diante. Pollack (1989) destaca a dimensão da reflexividade no momento de falar: as pessoas ponderam a todo momento o que pode ser dito e o que não pode.

Bourdieu (1986) também nos chama atenção para a importância de não cairmos na tentação da “ilusão biográfica”, ou seja, acreditar que as histórias de vida constituem um todo coeso, que pode ser apreendido como expressão unitária de uma intenção objetiva e subjetiva, quando na verdade, as histórias são descontínuas, formadas por elementos justapostos sem razão, aleatórios. O autor destaca que o relato de si varia tanto na forma como no conteúdo dependendo do mercado no qual ele é oferecido, ou seja, do público a que é destinado, daí a importância de sempre relativizar os discursos. Seguindo, nessa linha, a perspectiva de Portelli (1996), tomaremos as entrevistas não para elucidar fatos novos, mas para acessar diferentes interpretações sobre eles e intenções não realizadas naquele momento. Mais do que focar na veracidade das informações dadas pelos entrevistados, a ideia é focar no que está por trás delas.

As entrevistas realizadas para este trabalho foram realizadas em um contexto de Justiça de Transição, que prevê políticas de reparação às pessoas vítimas de violações

de direitos humanos durante o regime de exceção. Nesse sentido, a ideia de possibilidade de compensação financeira faz com que algumas pessoas reelaborem o passado e se disponham a falar sobre coisas sobre as quais nunca falaram. A implementação de Comissões da Verdade, que estimula pessoas a relatarem seus traumas, é outro elemento que configura um contexto favorável ao relato um pouco menos amedrontado das violências, já que um dos principais obstáculos para a produção desse tipo de relato em geral era – e ainda é, em boa medida – o medo de represálias por parte autoridades ligadas ao regime. Por esse motivo, boa parte dos entrevistados tiveram seus nomes preservados no intuito de serem evitados quaisquer problemas nesse sentido.

3.2 A imprensa escrita como fonte

Para que se possa tomar as reportagens de jornal como fonte documental, é necessário levar em conta suas especificidades. A principal delas é o fato de que cada veículo de informação possui uma linha ideológica que orienta o tipo de notícia que divulga, a forma como os fatos são descritos e o grau de importância dado aos diferentes acontecimentos. Chammas (2012) destacou a importância da análise da imprensa escrita como um espaço de disputa. De acordo com sua interpretação, durante o século XX, os órgãos de comunicação se firmaram como órgãos de poder. Champagne (1998) chama a atenção para o papel da imprensa no jogo político e menciona a existência de um campo político-jornalístico, no qual boa parte do que se concebe como realidade é definido a partir do que a mídia designa como tal, ou seja, a imprensa não é um simples adendo do jogo político, mas um componente de fundamental importância.

Os dois principais jornais utilizados como fonte foram o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*, dois dos mais proeminentes da época. Este último, tendo inicialmente contribuído para a deposição de João Goulart com os editoriais de apoio ao golpe de 1964, passou a adotar uma postura crítica em relação a algumas atitudes autoritárias dos militares, que começaram a persegui-lo. Isso causou seu enfraquecimento, de modo que em 1969 foi vendido e em 1974 encerrou suas atividades. Chammas (2012, p. 31) destaca a singularidade do referido veículo de comunicação: “um dos jornais mais identificados com o liberalismo conservador no pré-golpe se tornou, na ditadura, a referência na grande imprensa para setores da esquerda e parte daqueles que lutavam contra o regime”.

O *Jornal do Brasil* ficou marcado como o periódico que mais contribuiu para a modernização da imprensa no país e por ter produzido edições que procuravam burlar a censura e criticar os militares. Embora ambos os periódicos tenham similitudes em relação à defesa do liberalismo e à ortodoxia no campo econômico, a posição de cada um diante do Ato Institucional-1, de 09 de abril de 1964, foi um marco de diferenciação¹⁹. Enquanto o *Jornal do Brasil* apoiou, o *Correio da Manhã* levantou duras críticas. O que se percebe, em última instância, é uma postura marcadamente ambígua de ambos os jornais: se, por um lado, o *Correio da Manhã* criticou o AI-1, por outro continuou apoiando o governo militar. De forma parecida, o *Jornal do Brasil* declarava apoio ao regime e silenciava diante das cassações de mandato e das perseguições a trabalhadores e sindicalistas, mas eventualmente destacava a importância da defesa das garantias individuais, ameaçadas por atos de arbitrariedade da própria ordem revolucionária. Eles adotaram posição semelhante também em relação ao Estatuto da Terra ao defender a proposta de modernização da estrutura fundiária em contrariedade à União Democrática Nacional (UDN), partido político fundado em 1945, de cunho conservador (CHAMMAS, 2012).

As denúncias em relação às violências do Ibra, como veremos no decorrer do texto, inserem-se neste contexto de ambiguidade em que, ao mesmo tempo em que apoiavam os governos militares enquanto a melhor solução para colocar o país no rumo certo, denunciavam suas arbitrariedades.

3.3 Relativizando os arquivos

Os arquivos utilizados neste trabalho inserem-se no conceito de “documentos sensíveis”, definidos por Thiesen (2014) como aqueles produzidos em regimes de exceção contendo segredos de Estado e/ou que expressam polêmicas e contradições envolvendo personagens da vida privada ou pública e de seus descendentes. São também chamados de “arquivos da repressão”, caracterizados por Catela (2002) como aqueles que afetam agentes do Estado, as vítimas, seus familiares, organizações de direitos humanos e a comunidade como um todo. Rodrigues (2014) se refere aos documentos oficiais destacando que, embora tenham autoridade (devido ao fato de serem produzidos por agentes estatais e ao local onde se encontram arquivados), eles

¹⁹ O AI-1 foi a primeira iniciativa no sentido de regulamentar a expansão de poderes do executivo, possibilitando a cassação arbitrária de mandatos parlamentares e suspendendo a votação direta nas eleições presidenciais. A íntegra do texto pode ser consultada em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm.

não são necessariamente portadores de “fatos verdadeiros”. Sua veracidade, segundo a autora, depende das circunstâncias de sua criação e preservação.

O que se percebe em comum nas três autoras é a importância de questionar os documentos, usá-los com cautela e relativizá-los. É necessário perguntar-se “quem produziu essas fontes, em que condições, com que objetivo, o que elas expressam, o que dizem e o que não dizem” (RODRIGUES, 2014). E não apenas sua produção é produto de disputas de poder, mas também seu armazenamento em instituições de memória. Catela (2002) destaca que nada do que é arquivado é neutro. Tudo carrega a marca das pessoas que os salvaram do esquecimento.

Os documentos utilizados neste trabalho, em sua maioria, foram disponibilizados no Arquivo Nacional graças ao trabalho das pessoas envolvidas no Projeto Memórias Reveladas, que reúne parcela significativa dos arquivos da ditadura. O acervo não possui a totalidade dos documentos em função de setores dentre os militares que resistem em abrir seus arquivos. A maior parte dos documentos que consultamos eram relatórios produzidos pelo SNI sobre pessoas que manifestavam qualquer contrariedade aos governos militares ou que tivessem um histórico de envolvimento com organizações e/ou lideranças de esquerda, seja pela via do comunismo, seja do trabalhismo, como foi o caso do Padre Antônio da Costa Carvalho, cuja contribuição será discutida no artigo.

Pensar as relações de poder entre os guardas rurais e camponeses a partir da história oral permitiu perceber a disputa que se trava em torno da construção da memória sobre o período do imediato pós-golpe. Defensores do regime buscam evidenciar elementos positivos, como o fato de os militares terem “colocado as coisas em ordem”, terem “trazido o desenvolvimento” e terem punido os “baderneiros”, enquanto entrevistados mais críticos a ele evidenciam as violências praticadas pelos soldados e a busca pelo controle exagerado da população.

4. Poder e violência: a Guarda Rural do Ibra

Embora Arendt (1994) considere que a violência é o oposto do poder, o uso da violência é um instrumento de imposição de vontade. A própria autora admite o uso da força para garantir o poder quando ele é ameaçado. Para ela, não é o uso da força que garante poder aos governos, mas “é o apoio do povo que confere poder às instituições de um país e este apoio não é mais do que a constituição do consentimento que trouxe as leis à existência” (ARENDT, 1994, p. 34). A necessidade de se impor pela força é, para Arendt, um sinal de enfraquecimento do poder. Para defender esta tese, Arendt

(1994, pp. 36-7) define inicialmente o que entende por *poder*: “habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto”. O poder pertence sempre a um grupo, nunca a uma pessoa apenas. Outro conceito definido é o de *vigor*: “propriedade inerente a um objeto ou pessoa [que] pertence ao seu caráter, podendo provar-se a si mesmo na relação com outras coisas ou pessoas, mas sendo essencialmente diferente delas”. É diferente do conceito de *força*, a “energia liberada por movimentos físicos ou sociais”. Da mesma forma não se confunde com *autoridade*, a qual é definida pelo “reconhecimento inquestionável por aqueles a quem se pede que obedeam; nem a coerção, nem a persuasão são necessárias”. O inimigo da autoridade é o desprezo. Por fim, a *violência* distingue-se, segundo a autora, por seu caráter instrumental. Seus implementos objetivam multiplicar o *vigor*. Ao estabelecer essas diferenciações, a autora não está propondo que tais conceitos sejam analisados separadamente. Ela reconhece que frequentemente o *poder* aparece sob a forma de *autoridade*.

A partir disso, o poder de governo passa a ser visto apenas como uma forma de poder dentre outras. “Onde os comandos não são mais obedecidos, os meios de violência são inúteis e a questão dessa obediência não é decidida pela relação de mando e obediência, mas pela opinião e, por certo, pelo número daqueles que a compartilham” (ARENDT, 1994, p. 39). Nesse sentido, não é possível existir qualquer governo baseado exclusivamente na violência. Mesmo o totalitarismo precisa de alguma base de poder (a polícia secreta e sua rede de informações, por exemplo). Todavia, Arendt admite que, nas situações em que fosse necessário lidar com criminosos e rebeldes que se recusam a seguir o consenso da maioria, a violência aparece como o último recurso do poder. Dito em outras palavras, a violência é apenas instrumento de garantia do poder quando ele é ameaçado por quem insiste em subverter o “consentimento”. Embora Arendt dê pouca atenção ao fato de que esse consenso é resultado de disputas de poder entre grupos políticos marcados por imensas assimetrias de poder, sua interpretação nos ajuda a pensar o contexto da atuação da Guarda do Ibra: os lavradores que participaram de ocupações de terra poderiam ser classificados como desviantes da ordem porque violaram o consenso da propriedade privada garantido por lei.

Visão distinta foi desenvolvida por Thomas Hobbes, no século XVII, com seu clássico *Leviatã* (1651/2014). Para ele, a fim de superar o estado natural e garantir um contexto de paz e de ordem, fruto do contrato social, o Estado teria a função de fazer seus súditos sentirem medo de infringirem as regras e de agirem com violência. Para isso, os súditos deveriam ser totalmente submissos ao soberano. Gallegos (2011), ao

interpretar Hobbes, destaca que a consequência desta concepção teórica é que o Estado, em nome da manutenção da paz, acaba por se tornar ele o único detentor da força. Se no estado natural a violência era praticada de maneira irrestrita e difusa, com o contrato social, ela se concentra no Estado e se aplica de modo mais ordenado e com motivos mais ou menos padronizados. Passa-se da violência de muitos para a violência de apenas um, que concentra a força de todos e os representa. O Estado maximiza, portanto, a violência e, quando a ativa, pode ser até mais cruel e impiedosa que a violência do estado natural.

Walter Benjamin (1921/2013) é outro filósofo que destaca a dimensão violenta do Estado ao argumentar em favor da ideia de que o direito se sustenta pela violência. Ele critica o direito natural, por exemplo, por tomar a violência como um meio para atingir um fim justo, de modo que a distinção entre violência legítima e ilegítima é definida com base nos fins para os quais ela é aplicada. O equívoco apontado por Benjamin é o fato de que o direito natural deixa de se perguntar se, mesmo para fins justos, a violência é um princípio ético.

Ainda segundo o autor, o direito positivo, por seu turno, se preocupa em avaliar se os meios são justos ou não e classifica os fins por meio da avaliação dos meios. Se o meio é justo, o fim também é. Ambas as perspectivas, no entanto, concordam com o seguinte: “fins justos podem ser alcançados por meios justificados. Meios justificados podem ser aplicados para fins justos” (BENJAMIN, 2013, p. 124). De acordo com Benjamin, a monopolização da violência pelo direito visa a garantir o próprio direito. Do contrário, este estaria ameaçado. O militarismo, nesse sentido, é interpretado pelo autor como a imposição do emprego universal da violência para fins do Estado.

O autor que ficou mais conhecido pela definição do Estado como detentor do monopólio do uso legítimo da violência foi Max Weber em seu famoso discurso proferido em 1918 na Universidade de Munique, na Alemanha (WEBER, 1982). Segundo ele, o Estado Moderno não pode ser sociologicamente definido a partir de seus fins, mas de seus meios, ou seja, pelo uso da força física. Ele o define, portanto, como uma comunidade humana que se pretende detentora do monopólio legítimo da violência dentro de um determinado território. Esse pressuposto foi uma justificativa que fundamentou a ação da Guarda Rural do Ibra e fez com que muitos camponeses não se propusessem a enfrentar os guardas porque sabiam que seriam derrotados e porque reconheciam que um possível uso da violência contra o Estado seria considerada ilegítima.

Bourdieu (2014), por sua vez, analisa essa situação a partir do conceito de capital simbólico. Para ele, o fato de o Estado ser o maior detentor dos diferentes tipos de capital (econômico, cultural, bélico...) faz com que ele seja o detentor por excelência do capital simbólico, já que cada tipo de capital traz como complemento o capital simbólico, ou seja, o reconhecimento por parte de quem não é detentor deste capital, de modo que não é preciso que o Estado utilize sempre da violência para ser obedecido. O fato de ele ser o maior detentor do capital necessário para exercê-la muitas vezes já era suficiente para que seu poder fosse reconhecido. Nos itens abaixo, subsidiados por estas reflexões teóricas, procuraremos observar, em diferentes situações, como se dava o exercício do poder pelo Ibra (órgão do Estado Brasileiro) por meio de sua Guarda Rural, com foco no uso da prerrogativa do monopólio da força.

4.1 Núcleo Papucaia

Os dois principais focos de atuação da Guarda do Ibra eram impedir a comercialização de lenha²⁰ e verificar a regularidade da ocupação dos lotes dos núcleos coloniais. Um dos critérios utilizados pelos funcionários do Ibra para considerar regulares ou não os lotes era fazer vistorias e observar os que estavam sendo trabalhados. Bruno (2012) destaca um depoimento de Ângela Neves, servidora do órgão, que buscava, nas brechas da lei, encontrar formas de furar a rigidez dos critérios definidos pelo Ibra e, por isso, pertencia ao grupo dos “guardiões da reforma agrária”:

O que se dizia? Não era possível fazer reforma agrária, porque era muito caro. O país não tinha dinheiro – este era o grande argumento. Então precisávamos desmistificar isso. Como? Era necessário fazer uma experiência. Devíamos provar por A mais B que a coisa poderia dar certo. (...) selecionamos mil famílias, foi a primeira experiência para tentar abrir aquelas normas do Paulo de Assis Ribeiro, que eram fechadíssimas. No começo ninguém preenchia os requisitos e tínhamos que dar um jeito de abrir aquilo para o máximo de gente poder entrar, mas de uma forma que não parecesse que estávamos abrindo (Ângela Neves, entrevista a Abdias Vilar de Carvalho, Regina Bruno e Antônio Pompeu Braga, Niterói, 11/08/2005, *apud* BRUNO, 2012, p. 88).

²⁰ O Ibra tinha uma preocupação no sentido de diminuir o desmatamento, tendo em vista que era recorrente o corte de árvores pelos lavradores para a venda de lenha para a fabricação e comercialização de carvão, uma das principais fontes de renda de uma parte deles. Tal preocupação tem relação com a promulgação do Código Florestal (Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965), que estabelecia punições a quem cortasse árvores em áreas de reserva legal e de preservação permanente para fins de comercialização.

Nesse momento, conforme relatos de antigos moradores de Papucaia, uma parte muito significativa desses que não “preenchiavam os requisitos” foram expulsos. De acordo com um entrevistado, se o agricultor estivesse em casa no momento da vistoria, seria considerado um posseiro regular. Se, por acaso, não estivesse, perderia o lote. Veja-se o seguinte trecho de uma entrevista com um senhor que viveu toda sua vida na localidade de Marubaí, no núcleo de Papucaia:

Você estava no lote, aí eu chegava “estou precisando trabalhar e tal”, “ah, vai trabalhando aí, rapaz, tem lenha para cortar, carvão para fazer”, isso e aquilo. Aí eu com você, era o que estava lá, e eu era o que chegou para trabalhar, para te ajudar. Se por acaso você saísse e fosse fazer uma viagem ou fazer umas compras lá para baixo [em Niterói] ou qualquer coisa, e o Ibra chegasse, o lote ficava no meu nome. Está entendendo? Aconteceu muito disso aí, que quem estava na hora trabalhando no lote era quem ele botava. Não adiantava você falar. Não. “Seu documento?” Aconteceu aqui mesmo uma porção de vezes. (...). Perdeu. Entendeu, né? Se ele tivesse... o Ibra fez coisa aí de outro mundo. É aquele negócio, a pessoa tem a faca e o queijo na mão, eles faziam o que queriam, não tinha ninguém para dizer não. Então... (Aposentado de 73 anos, entrevista concedida a Fabricio Teló e Ricardo Braga em 08/11/2014, Marubaí, Cachoeiras de Macacu/RJ).

Segundo reportagem do *Tribuna da Imprensa*, de 10/10/1966, intitulada “Ibra faz reforma agrária no RJ impondo terror”, os guardas da instituição cometiam “violências contra os lavradores, ameaçando-os de expulsão das terras, chegando algumas vezes a consumir a ameaça, após o que incend[iavam] as choupanas deixando famílias ao desabrigo”²¹.

O jornal *Correio da Manhã* também publicou uma série de notícias denunciando as violências do Ibra. A primeira delas, de 11/10/1966, destaca os despejos efetuados na localidade Quizanga, nas proximidades do Núcleo Papucaia, em Cachoeiras de Macacu, chegando a estimar em cerca de 2.500 o número de pessoas despejadas. Tais despejos foram efetuados para dar lugar ao Conjunto Rural Guapiaçu, cujo objetivo era assentar famílias selecionadas para a reforma agrária, boa parte delas vindas da área do Imbé, em Campos dos Goytacazes e das regiões de conflitos em Duque de Caxias. O periódico relatou a situação do lavrador Orizimbo Nunes Faria, pai de nove filhos e morador da Quizanga, que contou o seguinte:

²¹ Ibra faz reforma agrária no RJ impondo terror. *Tribuna da Imprensa*, 10/10/1966, p. 7.

Em julho desse ano (1966) estava tratando do meu roçado, quando quatro homens, dois deles fardados, apareceram e perguntaram se eu morava ali. Diante da confirmação, disseram que a plantação estava embargada a partir daquele dia e que eu começasse a procurar outro local para morar, porque o Governo não me queria mais lá (Orizimbo Nunes Faria, em entrevista ao *Correio da Manhã*, outubro de 1966)²².

Nem sempre, portanto, os guardas precisavam incendiar as casas para os lavradores saírem. Muitas vezes, elas eram incendiadas apenas como uma forma de garantir que eles não voltassem, ou pelo menos, dificultar seu retorno. Mas a ordem de abandonar a área era obedecida frequentemente sem a necessidade de uso da força, ou seja, as famílias não esperavam os guardas colocarem fogo nas suas casas, com todos os seus pertences. Em geral, procuravam sair antes disso para evitar prejuízos maiores. Afinal, como aponta Bourdieu (1996; 2014), não é sempre necessário que o Estado acione seu capital bélico para exercer seu poder. Na maioria das vezes, apenas o capital simbólico associado ao bélico já é suficiente para se fazer obedecer, porque as relações de poder são fundamentalmente cognitivas.

No caso de Papucaia, no entanto, houve situações em que o poder simbólico não foi suficiente. Embora Bourdieu aponte para a necessidade de superar a visão fisicalista do mundo social – que concebe as relações sociais como relações de força física – e diga que as relações de força mais brutais são as relações simbólicas, porque os atos de submissão seriam atos cognitivos, não se pode deixar de considerar as situações em que o fator determinante do exercício do poder foi o uso efetivo da violência tal como teorizou Weber (1982). Veja-se, por exemplo, um depoimento de um antigo morador:

Aí foi naquela época de 1964, aquela revolução, que até hoje eu não entendo o que é isso. Diz que era comunismo, não entendo, só sei que o negócio era feio. Aí entrou o Exército, entrou aqui fazendo uma zoeira danada. Aí passou os tempos, eles fizeram, tiraram o pessoal da área, daqui, foi para outra área, para desocupar a terra aqui. (...) Mas foi muito difícil mesmo, porque aqui na época o pessoal já tinha os lotes medidos, era entregue pelo Ministério da Agricultura. O Exército²³ entrou, tirou todo mundo. (...) O Exército botava fogo, casa com tudo, casa era de sapé, eles chegavam com o cara dentro, riscavam fósforo e

²² Ibra deixa 2500 sem terra. *Correio da Manhã*, 11/10/1966.

²³ Aqui presume-se que o entrevistado refere-se aos soldados da Guarda Rural do Ibra. Era fácil confundir-se com o Exército, já que os agentes eram antigos soldados da Polícia do Exército e andavam uniformizados.

queimavam, botavam fogo. (...) Eles disseram que tinha um negócio de comunismo no meio, não sei (Agricultor de 80 anos, entrevista concedida a Fabricio Teló e Ricardo Braga em 08/11/2014, Gleba Nova Ribeira, Cachoeiras de Macacu/RJ).

Dentre as diversas ações de violência relatadas, destaca-se a ocorrida com um vizinho:

Ele tinha uma moagem de cana, engenho de madeira, rodando com cavalo, fazia muita rapadura, muito melado. Nessa época existia o carvão também, né, (...) tinha que derrubar a mata, fazia o carvão, vendia o carvão e plantava no lugar. Era difícil aquele que não plantasse. Aí ele tinha comprado de um vizinho um hectare de terra. Tinha cortado a madeira toda para depois fazer carvão. Era meio de vida. Exército chegou na casa dele (...) [e disse:], “o senhor pode fazer sua rapadura, pode fazer seu melado, criar seu porco. O senhor faz o seguinte: o senhor junta a lenha todinha que nós mandamos o carro vir puxar e botar para o senhor aqui”. Aí ele foi para lá, juntou aquela lenha toda, fez 20, 30, um monte de lenha.... Sabe o que o Exército fez? Veio com carro de gasolina, 200 litros, jogando 20 litros num, 20 no outro, meteu fogo e queimou tudo. Em vez de levar para o cara, fez amontoar para ele queimar. O cara desgostou tanto que foi embora, abandonou o sítio com tudo. Foi embora e perdeu, não recebeu indenização, não recebeu nada. Foi embora para o Rio e morreu desgostoso. Tenho certeza de que morreu desgostoso (Agricultor de 80 anos, entrevista concedida a Fabricio Teló e Ricardo Braga em 08/11/2014, Gleba Nova Ribeira, Cachoeiras de Macacu/RJ).

Uma reportagem do *Jornal do Brasil* de 07/12/1966 informa que situação semelhante ocorreu com o lavrador Agripino Ferreira Lima. O alto valor da lenha perdida teria provocado transtornos mentais ao colono²⁴. Outros antigos moradores de Marubaí, em uma entrevista conjunta a Fabricio Teló e Alberto Santos em 18/09/2015, afirmaram:

Entrevistado 1: Primeiro o Exército [Guarda Rural do Ibra] entrou lá botando fogo nas lenhas todas. (...) A gente fazia a lenha, cortava tudo do tamanho de um metro e empilhava tudo até um metro de altura. E aí ficava aquela fileira de 20 ou 30 metros de comprimento. Eles chegavam, colocavam querosene e tacavam fogo. Em qualquer lugar que eles chegavam, eles tacavam fogo. A pessoa falava “Vou parar, não vou fazer mais isso”. Aí ficava tudo bem, mas já imaginou? O cara cortava, com machado, cinco metros cúbicos de lenha por dia, dava um

²⁴ Lavradores de Papucaia dizem que situação é de calamidade. *Jornal do Brasil*, 07/12/1966, p. 7

duro danado, quase morria de tanto trabalhar. E os caras chegam tacando fogo na lenha do cara. É covardia, não é?

Entrevistado 2: Não era só lenha, não. Carvão também. Tinha caminhão de carvão. Queimavam tudo. Ali perto do morro do Tião, botaram fogo em muita roça. Tinha uma lavoura de abacaxi. A lenha estava na estância na beira da estrada. Meteram fogo em tudo.

Outro lavrador de Papucaia, atualmente residente na localidade de Anil, também em Cachoeiras de Macacu, contou em entrevista não gravada a Fabricio Teló e Ricardo Braga em 07/11/2014, que teve parte de sua lavoura queimada em função do fato de que os guardas do Ibra puseram fogo em um forno utilizado para fabricar carvão. Como o forno estava próximo à lavoura, perdeu parte significativa de sua produção.

Outro antigo morador de Papucaia, entrevistado por Alberto Santos, Fabricio Teló e Ricardo Braga no dia 09/01/2016, perguntado se lembrava do Tenente Amauri, respondeu de imediato: “Ah, lembro. Jogou muita lenha no Rio Macacu. Botava fogo também em lenha. Não sei se isso estava certo ou não”. Respostas como estas mostram que a imagem que ficou guardada na memória dos moradores a respeito deste tenente, que era uma espécie de coordenador local da guarda, era de uma pessoa que queimava a lenha dos lavradores como uma forma de punição pela não preservação das florestas. Este mesmo entrevistado contou uma história semelhante à que aconteceu com Agripino. Tratava-se de um cliente seu que encomendou uma carroça e pediu autorização para os guardas do Ibra para poder cortar lenha e vender para poder pagar a carroça. Os guardas autorizaram e depois de feita a lenha, o Tenente Amauri jogou um galão de querosene e pôs fogo.

Perguntado sobre a prática de incendiar lenha e/ou benfeitorias, o referido ex-guarda, na entrevista por *e-mail*, afirmou, no entanto, que essa “nunca foi uma prática adotada pela Guarda Rural” (Ex-guarda rural, entrevista concedida a Fabricio Teló, por *e-mail*, 15/07/2015).

Outro entrevistado, antigo tratorista do Ibra em Papucaia, embora defensor do legado dos militares, admitiu também destruições de benfeitorias: “Se o muro da casa estava fora do lugar certo, o muro era derrubado mesmo. [A Guarda Rural] não queria nem saber” (antigo tratorista do Ibra, entrevista a Fabricio Teló e Ricardo Braga em 29/07/2015). Esta expressão, “não querer nem saber”, ao mesmo tempo que indica a rigidez e a disciplina dos militares na observância das determinações superiores

(estabelecer a “ordem”), ilustra um pouco da truculência na forma de atuação dos soldados junto aos lavradores.

Júlio Ramirez, agrônomo que exerceu função de coordenador do setor de crédito aos assentados de Papucaia a partir do ano de 1967, em entrevista concedida a Fabricio Teló em 29/04/2015, em Brasília, relatou que a maior parte das violências cometidas pelos soldados da Guarda Rural ocorreu em 1966, antes de sua chegada. Segundo ele, no ano de 1967 houve uma mudança na chefia do grupo, de modo que os principais ícones das atrocidades do Ibra, que eram militares, foram substituídos por civis: o general Saraiva, então delegado do Ibra, foi substituído por Falconete Fialho, agrônomo, e no lugar do tenente Amauri do Prado Guterres, então administrador do Núcleo Papucaia, entrou o técnico agrícola Pedro Basílio, ambos de linha mais moderada. De acordo com o entrevistado, os guardas foram proibidos de andarem armados e obrigados a diminuir a intensidade das violências praticadas contra os lavradores.

Os guardas que permaneceram, no entanto, contaram-lhe, em conversas informais que, de fato, incendiaram muitas casas e passaram por cima de outras com trator. Referindo-se a um deles, disse Ramirez: “Ele brincava conosco, contava as coisas. E a gente procurava saber – ‘E você, quantos matou?’ – ‘Eu não matei. Eu queimei casa, passei em cima de casa, ameacei com trator, mas nunca matei.’ – E brincava conosco”.

Ramirez destaca ainda o clima de medo que os guardas criavam, reforçado por histórias que eles contavam, como a seguinte: “[Um guarda contava] que esse Amauri, uma vez, tinha fechado uma família inteira dentro de uma casa, cheia de cobras venenosas, para eles denunciarem quem eram os comunistas. Não sei se é verdade. Nunca comprovamos isso. Mas ele contava histórias desse tipo”. Não tivemos acesso a documentos que comprovem esse tipo de situação, mas o fato de essa história ter sido contada por um guarda já é um dado importante que nos permite ter uma noção do significado da presença de uma instituição dessas no cotidiano dos lavradores de Papucaia e da forma como isso interferia na subjetividade dessas pessoas. Isso poderia ser interpretado como uma forma de reforçar o poder simbólico da Guarda (representante do Estado) por meio da publicização e da reafirmação da ideia de que os guardas detinham o monopólio da violência e, por isso, deviam ser obedecidos:

Se o Estado pode exercer uma violência simbólica, é porque ele se encarna tanto na objetividade, sob a forma de estruturas e de mecanismos específicos, quanto na “subjetividade”, ou se

quisermos, nas mentes, sob a forma de estruturas mentais, de esquemas de percepção e de pensamento (BOURDIEU, 1996, pp. 97-8).

Outro elemento destacado pelo entrevistado foi a função de informante assumida pelos guardas. Segundo ele, havia uma paranoia em relação aos Grupos dos Onze, de modo que toda e qualquer atividade dos técnicos agrícolas do Ibra que tivessem algum grau de suspeita de proximidade com a esquerda ou com esses grupos deveria ser vigiada: reuniões com os lavradores, visitas aos lotes, tudo precisava ser controlado pelos guardas para depois ser informado ao SNI. Participavam das reuniões com a justificativa de que estavam garantindo a segurança dos participantes, mas o objetivo era o controle do conteúdo das falas. Embora não tenhamos acessado nenhum documento oficial que comprove essa prática, segundo Ramirez:

a Guarda Rural tinha essas funções... Ela era informante do que acontecia no projeto e do que os próprios técnicos do Ibra que iam visitar [faziam]; quantas pessoas que iam para lá (...). Porque o rádio [utilizado como uma espécie de telefone] ficava do lado da administração. Por isso eles estavam sempre... eram cinco guardas: dois sempre ficavam no escritório; um no rádio e um guardando a administração (...), e três sempre estavam em campo, rondando de jipe. Nós tínhamos um colega, também agrônomo, responsável pela garagem [das instalações do Ibra] de Papucaia. Cuidava dos tratores, dos veículos, do combustível, da oficina mecânica – havia uma oficina mecânica muito grande, lá – e esse colega nosso, havia servido ao Exército. Então, tinha essa linha militar. Ele se dizia que era do SNI. Mas a gente não acreditava. Porque quem é do SNI, não vai se identificar – “Eu sou do Exército!” – mas, de qualquer forma, alguma coisa ele tinha. Porque ele dava privilégios à Guarda Rural (Júlio Ramirez, entrevista concedida a Fabricio Teló em Brasília, em 29/04/2015).

Os guardas rurais faziam parte, portanto, da grande rede de informantes que alimentava a Comunidade de Informações do SNI com dados sobre “subversivos”. Uma das estratégias utilizadas era namorar meninas das localidades e pedir a elas para acompanhar as missas e relatarem tudo o que os padres falassem. Segundo Ramirez, os mais visados eram o padre Antônio da Costa Carvalho (sobre o qual falaremos mais adiante) e o “padre de Japuíba” (no caso, até 1969, o vigário dessa paróquia era Gerson da Conceição²⁵ e, depois, o holandês Joaquim Van Leewen, ambos do clero

²⁵ O Padre Gerson participou de uma tentativa de formação de um grupo de guerrilha rural na localidade de Nova Ribeira, entre 1968 e 1969. Os guardas rurais procuravam manter-se a par desse processo. Não

progressista). Embora o período de repressão mais intensa tenha sido entre o final de 1966 e início de 1967, a atuação dos guardas permaneceu no sentido de controlar as atividades de lideranças que poderiam representar ameaças ao trabalho do Ibra e/ou do governo militar.

Isto poderia ser lido como um exemplo da ideia de panoptismo desenvolvida por Foucault (2003), ao tratar dos diferentes paradigmas jurídicos desenvolvidos ao longo do tempo para tratar dos desvios à ordem. De acordo com o autor, a partir do século XIX, as punições deixaram de se basear nos crimes cometidos a partir de uma lei específica, ou seja, no que o indivíduo havia feito, e passaram a se basear no que o indivíduo poderia vir a fazer, de modo que a grande noção da criminologia do século XIX foi a de periculosidade: o foco era corrigir as virtualidades dos indivíduos. Daí o surgimento do panoptismo, a necessidade de vigilância para produzir sobre os vigiados um saber a partir do qual seria possível exercer um poder de controle sobre eles.

4.2 Capivari

A Guarda do Ibra também atuou em Capivari, Duque de Caxias, embora a área não pertencesse a nenhum dos núcleos coloniais instalados nos governos de Getúlio Vargas. É que o decreto nº 59.456, de 04/11/1966, que dispunha sobre os planos nacional e regionais de reforma agrária propostos pelo Ibra, previa para a localidade a criação de um núcleo, que foi classificado como urbano, mas incorporado na linguagem em geral como núcleo tal como os demais. A justificativa para sua criação foi a “colocação dos excedentes das áreas invadidas que não mais atuavam em atividades agrícolas”.

Ali também a Guarda Rural queimou e derrubou casas de lavradores. A área havia sido palco de intenso conflito de terra entre posseiros e a companhia Enco, que alegava ser a proprietária e conseguiu na Justiça mandado de despejo contra os lavradores. Conforme Grynszpan (1987), o primeiro despejo em Capivari ocorreu ainda em 1952, quando cerca de 130 famílias foram expulsas de suas terras pelo grileiro Orlando José Ferreira Filho, com a ajuda da polícia. Em 1953, um grupo de camponeses

acessamos nenhum documento que nos demonstrasse que a Guarda Rural soubesse, de fato, da existência dessa iniciativa, porém eles tinham desconfiança. Além disso, o religioso, assim como o padre Carvalho (como veremos no item 3.2), havia se posicionado contra a expulsão dos lavradores pelo Ibra, sobretudo em função de sua proximidade com os moradores da Gleba Nova Ribeira, e estimulou os lavradores a permanecerem na terra: “Não vamos, não. Nós já estamos aqui dentro e vamos ficar aqui. – E aí, eu já comecei a ficar manjado” (Gerson da Conceição, entrevista concedida a Fabricio Teló e Leonilde Medeiros no Rio de Janeiro, em 06/05/2015). Isso tudo colaborava para que a Guarda Rural mantivesse uma constante e intensa vigilância sobre as ações do padre Gerson. Ver mais em Braga e Teló (2015).

de Capivari e São Lourenço dirigiu-se ao Palácio do Catete para solicitar providências ao Presidente Getúlio Vargas, uma vez que estavam sendo ameaçados de despejo.

De acordo com as memórias de José Pureza da Silva, liderança importante da região, novo despejo ocorreu em 1955, tendo as famílias sido encaminhadas pelo governador do estado, Miguel Couto, para Casimiro de Abreu (SILVA, 1982). Em novembro de 1961, um grupo de cerca de 200 pessoas voltou a ocupar a área. Em 1962, a situação voltou a ficar tensa, com um novo despejo. Depois disso, o governador Carvalho Janotti tentou desapropriar a área, mas não chegou a efetivar a ação. Em 1963, uma nova ocupação, com cerca de duas mil pessoas, levou o governo federal de João Goulart a assinar um novo decreto de desapropriação da área, junto de Piranema, Penha-Caixa e Mato Grosso, todas localidades situadas nas proximidades da Fábrica Nacional de Motores, também palco de intensos conflitos fundiários. Com a criação do Ibra, como vimos, esses decretos de desapropriação foram revogados no intuito de fazer as terras voltarem à posse dos antigos proprietários.

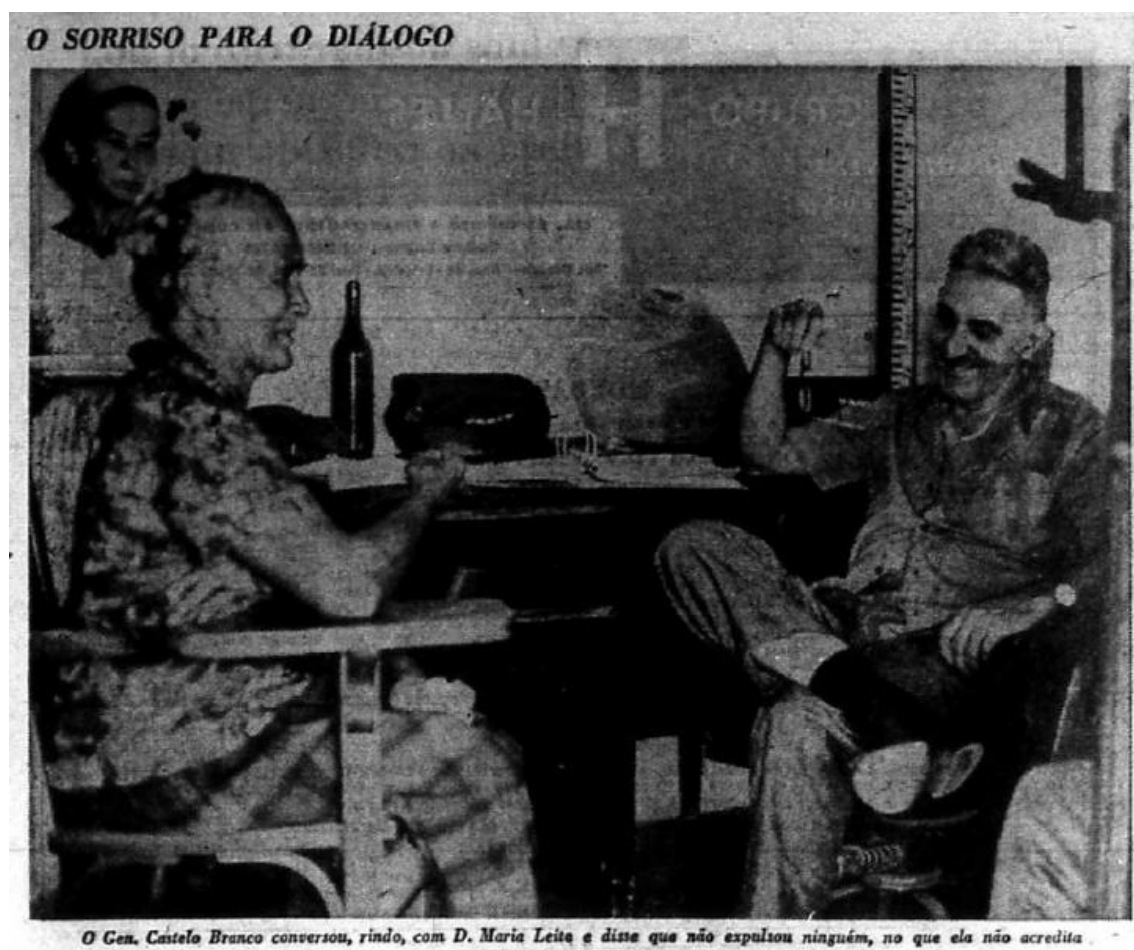
De acordo com reportagem de 02/12/1966 do *Jornal do Brasil*, os moradores da localidade estavam ficando desesperados com a notícia trazida pelos guardas rurais de que as 300 famílias ali residentes seriam transferidas para o Núcleo de Papucaia. O registro do periódico destaca a história da lavradora Maria Pereira Leite, de 63 anos, que já havia presenciado a derrubada de mais seis barracos vizinhos ao seu e dirigiu-se à sede do Ibra para conversar com o administrador local do instituto, o general Airton Castelo Branco, para pedir-lhe proteção para sua família e sua lavoura. Segundo a reportagem, tudo o que a senhora ouviu do militar foi que o Ibra iria resolver tudo. A reportagem transcreveu parte da conversa entre Dona Maria e o General:

– Quero ficar na minha casa com o meu netinho, General. O terreno, em que construí o meu barraco e plantei minha lavoura, é meu e do meu genro. Tenho até os papéis aqui para comprovar. Agora dizem que eu não tenho direito à terra e que os recibos não valem nada. Dizem que vão derrubar meu barraco e que terei que abandonar minha lavoura. Isso é verdade, General?

– Talvez – respondeu o General Airton Castelo Branco – O terreno tinha dono e ao proprietário cabe o que é seu. Há tempos os invasores tomavam conta do local e vendiam a vocês. O Ibra vai resolver tudo. Eu só estou aqui para fazer o levantamento das glebas de Capivari e fazer o seu loteamento.

– Mas, General, eu não invadi. Eu trabalhei muito a minha terra e agora vou ser expulsa? Pobre não tem vez mesmo?

A foto abaixo ilustra o momento da conversa entre os dois.



Fonte: *Jornal do Brasil*, edição de 02/12/1966, p. 11.

O jornal *Correio da Manhã*, em notícia de 16/12/1966, também noticiou o fato de que cerca de 300 famílias estavam vivendo a tensão de serem ameaçadas de expulsão. Em um trecho intitulado “Terrorismo”, a reportagem relatou brevemente os casos de diversos lavradores:

O lavrador Otávio Félix dos Santos foi proibido de cultivar suas terras e de fazer qualquer benfeitoria nos seus lotes, por ordem do general Ubirajara Brandão. O lavrador disse que, dias antes, guardas rurais, por ordens do general, incendiaram uma casa de moagem de farinha de sua propriedade.

A senhora Maria Cecília da Conceição, que mora há sete anos no local, disse que o general vai sempre à sua casa insultá-la: ‘Certa vez, o general, acompanhado de dois guardas-rurais, obrigou-me a subir num limoeiro e apanhar limões para ele: o calor era muito e o general queria tomar uma limonada’.

O lavrador Pedro dos Santos, apavorado com as ameaças do General Ubirajara Brandão, vai retirar-se do Núcleo Colonial Capivari nos próximos dias.

Já o lavrador Sirico José de Paula, que se diz proprietário da área que ocupa, pagando os impostos exigidos pela lei, disse que não teme as violências dos generais do Ibra, anunciando que recorrerá à Justiça, se for expulso de suas terras.

Os lavradores Altino José da Costa e Juracy Alves da Silva contam que o General Ubirajara esteve em suas casas, na semana passada, ‘gritando que lugar de lavrador valente é no cemitério.’²⁶

Depois de tamanha repercussão negativa na imprensa, o Ibra recuou da intenção de praticar mais essa massiva expulsão já que os lavradores procuraram os jornais e relataram as violências²⁷. Uma reportagem do *Jornal do Brasil*, de 24/01/1968 sobre as marcas da revolta de 1963 relata que os posseiros permaneciam na área, mas que quando deles precisava ser desalojado, era-lhe oferecida a opção de mudar-se para o Núcleo de Papucaia. Segundo a reportagem, até aquela data, 33 famílias já haviam sido transferidas. Embora se tenha poucas informações sobre o caso, sabe-se que o conflito estendeu-se por vários anos²⁸. Em 1979, por exemplo, Capivari ainda constava na lista dos conflitos fundiários do Estado do Rio de Janeiro desenvolvida pela Fetag/RJ, conforme noticiado pelo mesmo *Jornal do Brasil* em edição de 21/10/1979²⁹.

4.3 Núcleo Duque de Caxias

O caso mais marcante desta localidade foi o de José dos Santos Oliveira, lavrador despejado pelos soldados da Guarda Rural do Ibra, que passaram a ocupar sua casa, enquanto ele e a família foram obrigados a dormir por cerca de um mês ao relento, junto a porcos e cachorros, conforme ilustra a imagem a seguir.

Depois da publicação destas fotos, o presidente do Ibra, Paulo de Assis Ribeiro, viu-se obrigado a prestar esclarecimentos à sociedade. Decidiu, então, convocar uma coletiva de imprensa na sede do instituto, para o dia 02/12/1966, declarando proibida a entrada do Sr. José e de seu advogado³⁰. Alegando ser um caso de cunho exclusivamente político, Assis afirmou serem as imagens forjadas e que o Sr. José era “um vigarista”, estava em situação irregular e tinha cometido “toda sorte de infrações, como desmatamento de morros, exploração de pedreiras, perturbação da ordem e

²⁶ General do Ibra expulsa mais 300. *Correio da Manhã*, 16/12/1966. O jornal *Luta Democrática* também replicou a notícia no dia seguinte com o título: Ibra expulsa 300 famílias de lavradores em Capivari.

²⁷ Colonos denunciam violência do Ibra *Correio da Manhã*, 26/03/1967.

²⁸ Parque Capivari tem sinais da revolta dos lavradores em 1963. *Jornal do Brasil*, 24/01/1968.

²⁹ Conflitos de terra no Estado envolvem 25 mil pessoas. *Jornal do Brasil*, 21/10/1979, p. 32

³⁰ O apoio dos advogados será objeto de breve análise no item 3.1.

desacato ao administrador”³¹. Ele defendeu a atuação do general Saraiva e não a considerou violenta. Ao contrário, disse não se importar com a antipatia das ações já que, para ele, os lotes, em sua maioria, haviam sido invadidos e, portanto, estavam em condição irregular. Afirmou que o trabalho continuaria sendo realizado essencialmente por militares reformados, qualificados por ele como “mais disciplinados e [que] não têm medo de enfrentar antipatias”.³²

Figura 1: Crianças dormem ao relento, enquanto guardas do Ibra ocupam a residência do lavrador



Fonte: Ibra despeja lavrador expando seus filhos. *Jornal do Brasil*, 30/11/1966.

Questionado sobre a queima e a derrubada de barracos dos lavradores, Ribeiro confirmou a prática desses atos por parte dos soldados da Guarda Rural do Ibra e a justificou dizendo que a ordem de destruição dos barracos era destinada apenas aos que haviam invadido os lotes para desmatamento:

Muita gente invadiu terras para depredar as florestas e lá faziam barraquinhos. Esses barraquinhos é que foram derrubados e

³¹ Assis desmente o que fotos provam. *Correio da Manhã*, 03/12/1966.

³² Presidente do Ibra diz que antipatia não o fará recuar. *Jornal do Brasil*, 03/12/1966, p. 7

queimados, depois de abandonados pelos invasores pilhados em delitos. A ordem para derrubar e queimar os barracos ocorre sempre que há perigo de novas invasões (Paulo de Assis Ribeiro, entrevista coletiva na sede do Ibra, no Rio de Janeiro, 02/12/1966).

Esta desproporcionalidade entre a infração do desmatamento ou da ocupação irregular dos lotes e a punição baseada na queima das casas guarda relação com a associação que os militares faziam entre os processos de “invasão” de terras e a ideia de comunismo. Na Baixada Fluminense, essa ligação era especialmente forte devido ao histórico de ocupações ali ocorridas, com repercussão nacional e percebidas pela imprensa da época como uma ameaça séria à ideia de propriedade. Esta política condizia, portanto, com as diretrizes do regime militar, cuja legitimidade política estava calcada, dentre outros elementos, na defesa da propriedade e no enfrentamento ao comunismo.

Interessante observar que, além desses argumentos, o chefe do órgão insinuou que José, por trabalhar como empregado da Companhia Estadual de Água e Esgoto da Guanabara (Cedag), “nunca soube o que era dar duro”, ou seja, não era um agricultor autêntico e, portanto, não era digno de ser beneficiário da política de reforma agrária³³. De fato, a legislação proibia a destinação de lotes para funcionários públicos. Não chegamos a acessar informações que nos permitissem verificar se José era ou não funcionário da referida companhia.

Em reportagem produzida pela Agência Nacional para o Cinejornal Informativo nº 48, de 1966, o governo se restringe a dizer: “O Senhor Paulo de Assis Ribeiro presta amplos esclarecimentos à imprensa sobre a *desocupação* dos núcleos coloniais do Estado do Rio para execução do plano de colonização que será iniciado. O Ibra está realizando em todo o país a mais importante de todas as reformas: a agrária” (grifo meu)³⁴. Destaque-se a sutil eufemização do processo de expulsão das famílias por meio do uso do termo desocupação.

Diversos entrevistados nos relatam que para conseguir um lote, era necessário mostrar a palma das mãos. Se tivesse calo, recebia o direito ao lote. Caso contrário, a situação se tornava mais difícil. O próprio general Saraiva fazia questão de mostrar os

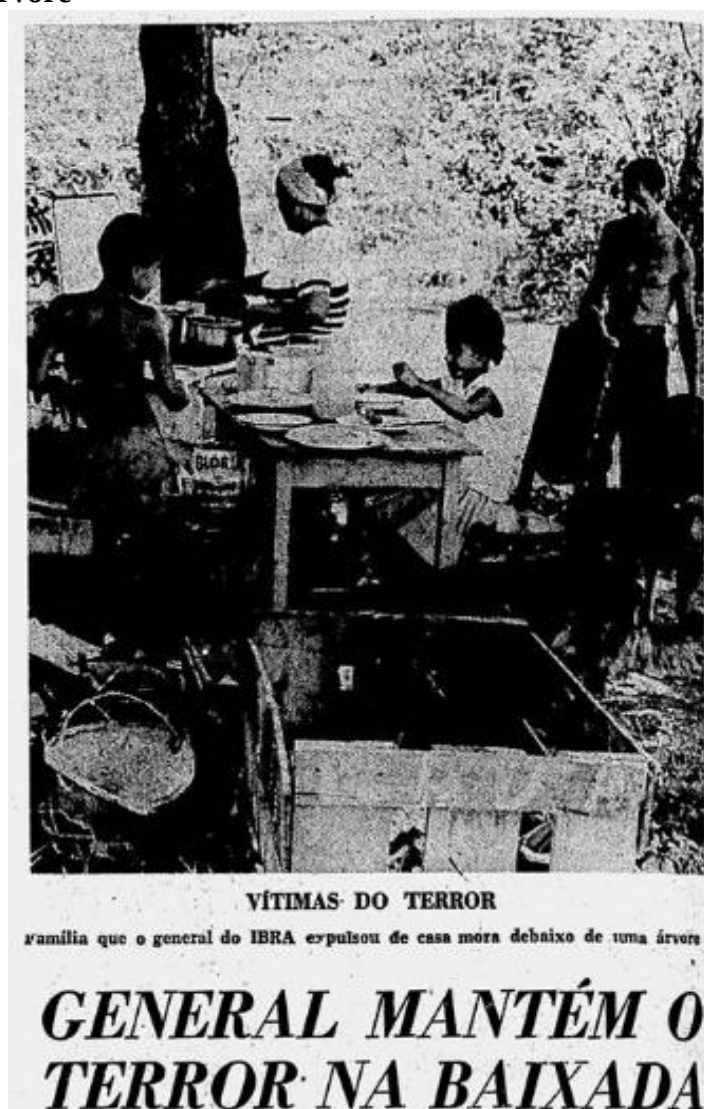
³³ Assis desmente o que fotos provam. *Correio da Manhã*, 03/12/1966; Presidente do Ibra diz que antipatia não o fará recuar. *Jornal do Brasil*, 03/12/1966.

³⁴ Disponível em http://zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgibzfe3NmI1ixlYFKPwIsUDV-sB0DAUOZnrD0ZmYiQWK0.&idRepositorio=0&modelo=0. Acesso em 10/04/2016.

calos de suas próprias mãos para evidenciar que entendia do trabalho na terra. Segundo notícia publicada no *Correio da Manhã* de 22/12/1966, o capitão da Aeronáutica, Lino de Matos, criticando a atuação de Saraiva afirmou: “[ele] estaria melhor talvez como lavrador já que faz questão de mostrar as mãos cheias de calos para dar a ideia de que sabe o que é pegar numa enxada³⁵”.

Depois da coletiva de imprensa, o jornal *Correio da Manhã* também foi à casa do Sr. José para conferir a situação e encontrou a família na mesma situação. A figura abaixo é uma fotografia tirada pela reportagem e publicada na edição de 11/12/1966:

Figura 2: Família de José dos Santos Oliveira fazendo refeição sob a sombra de uma árvore



³⁵ Capitão da FAB não entende violências do General do Ibra. *Correio da Manhã*, 22/12/1966.

O ex-guarda que nos concedeu entrevista por *e-mail*, na mesma linha de Assis, relatou o fato da seguinte forma:

A sede do Projeto e todas as casas ali existentes, abandonadas pela extinta Supra (Superintendência da Reforma Agrária), estavam ocupadas sem autorização por desconhecidos quando os funcionários do Ibra ali chegaram. O ocupante já havia requerido manutenção de posse no Judiciário e obtivera uma liminar para continuar ali. Esse ocupante havia transformado o local em um imenso terreiro de umbanda³⁶, que alugara para terceiros. O local, servido por um riacho encachoeirado, atraía muitos frequentadores do Rio. A cada fim de semana ali chegavam dez ou mais ônibus lotados. Quando o Ibra conseguiu derrubar a liminar, pediu em Juízo o despejo do ocupante. Oficiais de Justiça acompanhados de policiais militares cumpriram o mandado de despejo, colocando o cidadão para fora da área do Núcleo. Jornalistas estiveram no local, na ocasião, entrevistando o cidadão. Este ter-lhes-ia dito que foi expulso da área pela Guarda Rural, o que não era verdade, mas assim saiu nos jornais. Os guardas rurais foram orientados por um procurador do Ibra para nem mesmo se aproximarem do cidadão, temendo que este voltasse à Justiça, alegando constrangimento ilegal (Ex-guarda rural, entrevista concedida a Fabricio Teló, por *e-mail*, 15/07/2015).

Naqueles dias, os repórteres do *Jornal do Brasil* dirigiram-se ao Ibra para questionar o procurador do instituto, Dr. Delson Pinheiro Cury, sobre a situação vivida pelo lavrador em questão. De forma semelhante à versão apresentada pelo ex-guarda, ele disse não acreditar que o General Saraiva tenha praticado atos de violência e que a orientação da instituição era agir dentro da legalidade, na defesa do patrimônio público.

O que a reportagem viu e publicou – disse o procurador – foi o que o Sr. José mostrou. Pelo que ficou evidenciado, o lote não pertencia a ele. Foi cedido por alta recreação por seu atual advogado, Sr. Polvoleri, que não era a pessoa competente para fazê-lo (...) Temos informações de que o ato dele é espoliativo, inclusive ocupando um prédio do Poder Público, utilizando-se sem nenhum título, de um patrimônio nacional³⁷.

O procurador ainda insinuou que a reportagem produzida pelos jornalistas não era digna de confiabilidade: “Eu não tenho em meu poder, a não ser a sua reportagem,

³⁶ Percebe-se na fala uma visão negativa da prática da religião umbanda, que tinha presença significativa na região. José Pureza da Silva, por exemplo, uma das lideranças mais expoentes da região, iniciou seu trabalho de mobilização por meio de um terreiro.

³⁷ Em algumas notícias o nome aparece escrito Povoleri. Em outras Polvoleri.

nenhum começo de prova da alegada violência praticada contra esse cidadão, e isso me leva a receber com certa reserva o que a reportagem traz”. Os jornalistas se defenderam dizendo que não estavam procurando difamar o Ibra, mas tão somente noticiar uma denúncia comprovada. O procurador, no entanto, replicou dizendo que se o jornal realmente não estivesse interessado em prejudicar o Ibra, não teria se dirigido à casa do lavrador às duas horas da madrugada para verificar a veracidade da denúncia.

Sua postura foi marcada pela defesa firme da instituição afirmando ainda que o Ibra chegava a conceder uma segunda chance aos lavradores que se encontravam em situação irregular e que a instituição não queria que seus problemas fossem resolvidos a *manu militari*³⁸, porque isso

seria antidemocrático, além de afrontar a dignidade de um órgão que tem procurado agir certo, concedendo prazos além das normas e dando até assistência jurídica àqueles que foram derrotados administrativamente. A Guarda Rural foi criada para proteger o Patrimônio da Nação e não para proteger bens de terceiros, nem tampouco para praticar violências³⁹.

Ao usar a expressão “proteger o Patrimônio da Nação”, Cury evidencia uma aproximação com a ideia de defesa da segurança nacional, que no Brasil foi construída em boa medida no intuito de combater o avanço das forças comunistas no país. Nesse âmbito, o inimigo maior da Pátria não era qualquer desviante. Eram as lideranças do PCB e afins.

Tamanha foi a repercussão que o caso tomou, que o Sr. José conseguiu, por determinação do Juiz dos Feitos da Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro, o direito de retornar à sua casa, o que foi acompanhado pelo *Jornal do Brasil*, a quem o lavrador agradeceu por ter-lhe ajudado: “[devo] essa grande alegria, em boa parte, ao *Jornal do Brasil*, que socorreu a minha família nas horas de desabrigo”.⁴⁰ Isso, no entanto, não foi suficiente para garantir a tranquilidade do lavrador, que, dias depois, denunciou estar sofrendo novas perseguições. “Os soldados, segundo o lavrador, são os mesmos que no dia 27 de dezembro o raptaram, conduzindo-o para o Núcleo Colonial São Bento, onde foi submetido a um vasto interrogatório feito pelo general reformado

³⁸ É no mínimo irônico da parte do procurador dizer que a instituição não queria resolver os conflitos pela via militar, se escolheu para compor as Comissões de Verificação (a Guarda Rural), soldados reformados da Polícia do Exército, criteriosamente selecionados.

³⁹ General do Ibra acabou de expulsar família do lavrador. *Jornal do Brasil*, 01/12/1966.

⁴⁰ Lavrador que Ibra expulsou de Caxias ganha ação em Niterói e voltará ao lote. *Jornal do Brasil*, 21/12/1966; Justiça levou de volta às suas terras em Caxias o lavrador expulso pelo Ibra. *Jornal do Brasil*, 23/12/1966.

do Exército, Francisco Saraiva (...)”⁴¹. Levando-se em consideração o padrão dos militares brasileiros na forma de fazer os interrogatórios durante a ditadura, é possível levantar a hipótese de que este evento não tenha sido marcado por muita cordialidade. Nesse sentido, abre-se uma frente de investigação para se averiguar se essas sedes poderiam ou não ser acrescentadas à lista dos centros de repressão do regime⁴².

Durante o ano de 1967, o General Saraiva foi obrigado a responder judicialmente por invasão de domicílio, danos e violências arbitrárias contra o Sr. José e seus familiares. Embora tenha negado que expulsou a força o lavrador, o Juiz Abeylard Pereira Gomes, da 2ª Vara Criminal de Duque de Caxias, sentenciou-lhe 30 dias de detenção. O militar, no entanto, recorreu e ficou com dois anos de prisão domiciliar. Notícia do *Correio da Manhã*, de 17/11/1967, informa que, nesse período de cumprimento da pena, impossibilitado de se ausentar da residência, o general utilizava um subordinado seu, tenente Deusdedit José Teixeira, também reformado do Exército, para impedir o lavrador de cultivar sua terra por meio de ameaças de morte. Embora condenado, Saraiva continuava recebendo seus salário de delegado regional do Ibra e gozando do poder que este cargo lhe proporcionava⁴³.

Esse conjunto de violências era uma orientação institucional do Ibra, de agir com dureza e rigidez. Como relatado por alguns lavradores ao *Jornal do Brasil*, as queimas e derrubadas de barracos, as ameaças e as proibições de plantar eram feitas “em nome da Revolução”, justificadas na linha do “mal necessário”, ou seja, eram fruto do projeto político do regime militar de salvar o país da “ameaça comunista”. Tudo isso era baseado na doutrina da segurança nacional, que construiu o comunismo como o inimigo interno a ser combatido com todas as forças, dada a compreensão difundida de que uma possível tomada de poder por lideranças seguidoras desta linha política criaria uma situação de calamidade no país e instauraria uma ditadura tal como acontecera na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Como se pode notar, o anticomunismo não se restringiu ao grupo de militantes comunistas e se estendeu a quem representasse

⁴¹ Ibra ainda persegue lavrador. *Correio da Manhã*, 04/01/1967.

⁴² Um trabalho detalhado a respeito desses locais de repressão é o relatório produzido em 2015 pelo Núcleo de Direitos Humanos da PUC-RJ, sob coordenação do Professor José Maria Gomez, para subsidiar os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. A íntegra do trabalho está disponível em: <http://www.cev-rio.org.br/site/arq/NDH-PUC-Politicas-Publicas-de-Memoria-para-o-Estado-do-RJ.pdf>

⁴³ General Saraiva desmente: “não expulsei lavrador da sua casa”. *Luta Democrática*, 19/10/1967; Gen. Saraiva recorrerá da condenação. *Jornal do Brasil*, 03/11/1967; Ameaçado de morte lavrador que leva general à Justiça. *Correio da Manhã*, 17/11/1967.

alguma ameaça à hierarquia militar ou ao ordenamento imposto pelo regime, fossem lavradores, padres, mediadores diversos ou lideranças.

5. As formas de resistência

Embora o foco do artigo seja a forma como o poder era exercido pelo Ibra sobre os lavradores, não se pode presumir que estes ficassem inertes. Elias (2008) nos lembra que, não obstante o equilíbrio de poder ser extremamente desigual entre as partes, o poder nunca é exercido apenas por uma parte. A questão é que as oportunidades de poder são distribuídas desigualmente, mas mesmo uma criança exerce poder sobre seus pais, mesmo um escravo exerce poder sobre seu senhor porque há uma relação de dependência entre as partes. Assim também os lavradores exerciam sua parcela de poder sobre os guardas do Ibra.

5.1 Denúncias a jornais e o apoio de advogados e políticos

Uma das principais formas de resistência adotadas pelos lavradores foi a denúncia das violências aos jornais. Provavelmente, boa parte das reportagens utilizadas no item anterior não teriam sido produzidas se os lavradores não tivessem procurado os jornais para denunciar as arbitrariedades dos guardas do Ibra e solicitado a publicização da situação. Eles buscavam também o apoio de advogados envolvidos com a questão agrária e eles reiteravam as denúncias aos jornais e garantiam mais solidez técnica aos argumentos dos lavradores.

Os dois principais foram Jaime Ferreira Landim e Walter Povoleri Ferreira. Este último havia sido Chefe de Colonização e Imigração do antigo Inic e havia autorizado o Sr. José dos Santos Oliveira a ocupar o lote em que estava morando no Núcleo Duque de Caxias. Foi uma das principais vozes em favor dos lavradores que sofriam com o Ibra. Nas diversas entrevistas que deu a jornais, Walter sempre denunciava as arbitrariedades dos guardas do Ibra e do General Saraiva, chefe dos soldados, argumentando que esse tipo de prática poderia comprometer o próprio projeto político da “revolução de 1964”⁴⁴. Acionava ainda o argumento de que os lavradores deixariam de apoiar eleitoralmente o governo caso as violências não cessassem.

⁴⁴ Diretor do Ibra não quer comentar arbitrariedades cometidas contra lavrador. *Jornal do Brasil*, 15/11/1966; Violência do Ibra continua: Caxias. *Correio da Manhã*, 04/12/1966; Posseiros vão à Justiça contra Ibra. *Luta Democrática*, 09/11/1966.

Outra informação explorada tanto pelos lavradores como por Walter eram as acusações de que o General Saraiva esteve envolvido em um esquema de proteção ao contrabando quando trabalhava como Subchefe do Serviço de Prevenção e Repressão às Infrações contra a Fazenda Nacional, durante o governo João Goulart. Os lavradores estavam de posse do relatório de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o caso e planejavam levar o material ao Presidente Castello Branco. A reportagem transcreveu um trecho do apelo que os posseiros iam apresentar: “que a Revolução faça um expurgo no Ibra ou providenciar a sua extinção e a criação de um novo órgão que assista o homem do campo e não procure criar a intranquilidade do País”⁴⁵. Não foi possível saber, no entanto, o desfecho desta investida.

Levando em consideração as notícias publicadas nos jornais, o deputado do MDB, Raul Brunini⁴⁶ decidiu levar a questão à Assembleia Legislativa do Estado. Lá, o parlamentar destacou a “inconfessável gravidade” das ações do general Saraiva e lembrou que as denúncias estavam sendo encampadas pelo “seríssimo *Jornal do Brasil*, que, quando inicia uma campanha deste vulto, sabe o que está fazendo”, ou seja, a questão era realmente séria para colocar em risco a segurança do jornal no enfrentamento a práticas de um regime autoritário como foi o militar. O deputado afirmou ainda que se não fosse a “dignidade profissional” do referido jornal, que dedicou até uma parte de seu editorial para criticar a postura do Ibra, as pessoas teriam dificuldade em acreditar no que estava sendo denunciado. Isto provavelmente contribuiu para que a decisão judicial do processo iniciado pelo advogado de José dos Santos Oliveira fosse favorável ao retorno do posseiro à sua casa.⁴⁷

A repercussão que as notícias sobre o Ibra tiveram teve resultados práticos especialmente em Papucaia, onde, segundo relato de Cezar de Almeida, ex-prefeito de Cachoeiras de Macacu, que pertenceu ao Grupo dos Onze, o governador interveio no sentido de fazer diminuir a truculência da Guarda Rural:

Quando a Guarda Rural veio e botou fogo na roça dos trabalhadores, o [governador] Padilha esteve aqui. (...) [Havia o] Tenente Amauri, que era o homem cruel aí. Botava fogo na

⁴⁵ Lavradores recusam votos ao Governo por causa da ação do Ibra, diz Valter. *Jornal do Brasil*, 16/11/1966. Embora a eleição para presidente fosse indireta, desde o AI 2, as eleições para os demais cargos ainda estavam ativas nesse período.

⁴⁶ Brunini pertencia anteriormente à UDN e chegou a ser secretário de Carlos Lacerda. Em novembro de 1966 foi eleito deputado federal pelo MDB, tendo sido cassado em 1969.

⁴⁷ Lavrador que Ibra expulsou em Caxias ganha ação em Niterói e voltará ao lote. *Jornal do Brasil*, 21/12/1966.

lavoura dos camponeses. Ele [Padilha] chegou aqui [e falou:] – “Tenente Amauri, isso tem que parar. A revolução não foi feita para isso.” – o Padilha era um homem valente. *Ele podia falar. Ele fez a revolução também.* Ele conhecia as pessoas daqui; a política daqui. Ele sabia quem era quem. *Ele sabia que não tinha isso tudo que diziam, aqui. Ele sabia.* O Padilha veio aqui, deu uma esculhambação no Amauri (...): – “Eu vou levar o caso ao presidente da república, essas atrocidades aí.” – e foi aí que o Tenente Amauri baixou a guarda dele. Ele era um homem todo poderoso. Mandava botar fogo nas roças; invadir; fazer isso e aquilo. Ele era horrível. O Coronel Paulo Torres também não deu colher de chá, não. Ele também veio aqui, dar bronca no Tenente Amauri. [Torres] era um coronel do exército; governador do estado. A mãe dele morou em Japuíba (Cezar de Almeida, entrevista a Fabricio Teló e Ricardo Braga, Japuíba, Cachoeiras de Macacu, 12/02/2015, grifos meus)⁴⁸.

De acordo com o relato do entrevistado, a demanda pela intervenção do governador foi transmitida pelo então prefeito de Cachoeiras de Macacu, Ruy Coelho Gomes. É interessante observar a heterogeneidade de posições entre os diferentes agentes estatais do período ditatorial. Ao passo que o presidente do Ibra, como vimos anteriormente, cancelava as ações da Guarda Rural por considerar que estavam “colocando as coisas em ordem”, outras autoridades importantes, que “podiam falar” pois contribuíram para o sucesso do golpe, como o governador do Estado, deputados e prefeitos, manifestaram seu posicionamento crítico e contribuíram para uma inflexão na forma de atuação da Guarda Rural.

Notam-se diferentes avaliações a respeito do grau de envolvimento dos lavradores de Cachoeiras de Macacu na rede da subversão imaginada pelos militares. Figuras como o General Saraiva, o Tenente Amauri e, possivelmente, até o presidente do Ibra, Paulo de Assis Ribeiro, dimensionavam os lavradores como uma ameaça importante. Já o governador e o prefeito do município, julgavam não ser de tamanha gravidade a presença daqueles camponeses nas terras dos núcleos coloniais.

Os lavradores usavam o contato com os jornalistas para também demonstrarem sua revolta e sua força. Em uma visita do *Correio da Manhã* ao Núcleo Duque de

⁴⁸ Foi perguntado ao entrevistado se ele lembrava da data em que ocorreu o episódio relatado, mas ele não lembrou. Disse que o fato foi aproximadamente no ano 1970. É sempre importante levar em consideração a possibilidade de os entrevistados confundirem nomes e datas. No caso em questão, se cruzarmos as informações da entrevista dada por Julio Ramirez com a de Cezar de Almeida, chegamos a um desencontro: o primeiro afirmou que a mudança de orientação da Guarda Rural do Ibra em Papucaia se deu em 1967 com a saída dos militares “linha dura” por “moderados”; já o segundo afirma ter sido após o governador Padilha ter ido a Papucaia e chamado atenção do Tenente Amauri. Ocorre que o mandato deste iniciou apenas em 1971. O mais provável é que tenha havido uma sucessão de inflexões e cada uma teve uma contribuição importante para a mudança de orientação do Ibra.

Caxias para cobrir o caso de José dos Santos Oliveira, os lavradores aproveitaram para afirmar: “Não adianta, não aceitamos ordens verbais, se não trazer [a ordem de] despejo por escrito não sairemos e se o general insistir e utilizar-se da força de seus soldados, terá contra si e suas armas, nossos braços e enxadas”. Outro posseiro complementou: “Vai ter rebelião pela segunda vez⁴⁹ em Caxias, moço! Só que nós não temos padre Marcelino, somos nós e nós mesmos”⁵⁰.

Os jornais citados se tornaram de tal modo aliados dos lavradores que os guardas chegaram a fazer ameaças aos lavradores que fizessem mais denúncias à imprensa: “as famílias do Núcleo Colonial São Bento disseram ao *Jornal do Brasil* que não são mais sequer livres para conversar com qualquer repórter porque passam a ser visados pelos funcionários do Ibra que estão sempre atentos aos seus menores movimentos⁵¹”. Dias depois, o *Correio da Manhã* noticiou que os lavradores denunciaram a proibição até mesmo da entrada de jornalistas ao referido núcleo pelo administrador Valter Meireles⁵². Não foi por acaso que, no editorial da edição de 03/12/1966, o *Jornal do Brasil* classificou a Guarda do Ibra como um “flagelo implacável e desumano”⁵³. O editorial do *Luta Democrática*, de 29/11/1966, também criticou o General Saraiva no mesmo sentido⁵⁴.

Seria injusto, no entanto, creditar apenas à repercussão gerada pelas reportagens dos jornais a conquista da mudança de orientação da Guarda do Ibra. A recorrência às autoridades políticas para reivindicar intervenção no sentido de fazer cessar as violências também foi fundamental para que os lavradores pudessem fazer-se ouvir, mesmo que minimamente. Não foi possível investigar de maneira mais aprofundada como se deu a transmissão da reivindicação ao prefeito e ao governador, mas se houve interferência destes atores, é porque foram instados a fazê-lo e certamente não foram apenas as reportagens de jornal que os motivaram. Fica, portanto, esta questão em aberto para ser melhor trabalhada em pesquisas futuras.

⁴⁹ A rebelião a que se refere foi um ataque a um posto policial Imburiê, localidade de Duque de Caxias, ocorrido dias antes sob a liderança do pároco da localidade em função do fato de que, no domingo anterior, os vigilantes do referido posto entraram na igreja, na hora do sermão, revistando os fiéis e exigindo-lhes documentos. Alguns que reagiram levaram coronhadas. Com isso a população ficou revoltada e organizou o revide. (Preso o padre que liderou o ataque ao posto policial. *Correio da Manhã*, 30/11/1966).

⁵⁰ General Saraiva semeia o terror entre lavradores. *Correio da Manhã*, 30/11/1966.

⁵¹ Lavradores ameaçam reagir à invasão do Ibra às suas casas. *Jornal do Brasil*, 26 e 27/11/1966.

⁵² General mantém o terror na Baixada. *Correio da Manhã*, 11/12/1966.

⁵³ Editorial. Reforma Agrária. *Jornal do Brasil*, 03/12/1966.

⁵⁴ Dono da terra é quem a faz produzir. (Editorial) *Luta Democrática*, 29/11/1966.

5.2. A contribuição do Padre Carvalho

Um apoio de fundamental importância para os lavradores foi o do Padre Antônio da Costa Carvalho, assessor eclesiástico da Federação dos Trabalhadores Cristãos do Estado do Rio de Janeiro, entidade considerada, pelas lideranças do PCB, à época, de cunho conservador, pois disputava politicamente com os comunistas a representação política dos trabalhadores. Tendo atuado no pré-64 como diretor do Plano Piloto de Ação Agrária do Governo Fluminense, o religioso trabalhava no pós-golpe como diretor do Colégio Santo Inácio e, aos finais de semana, ia para sua casa em Areia Branca, Papucaia, onde ele coordenava o Centro de Treinamento de Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro (CETTRERJ), que tinha como objetivo, dentre outros, formar novos líderes rurais⁵⁵. Essa sua trajetória de envolvimento com os temas agrários e o fato de ser próximo aos lavradores de Papucaia o impeliu a se posicionar e a manifestar sua indignação em relação à forma violenta com que os guardas do Ibra estavam expulsando os camponeses.

A uma reportagem do *Tribuna da Imprensa* de 10/10/1966, Carvalho afirmou: “com estes métodos, o Ibra está criando comunistas no campo, enquanto a extinta Supra se limitava a levá-los para as zonas agricultáveis”. Um elemento interessante trazido pela reportagem: “O padre Carvalho, que antes da Revolução foi ‘enterrado’ simbolicamente pelos comunistas, lamentou que alguns elementos que foram contrários ao movimento armado de 1964, zombem agora dele, ‘todos satisfeitos com a atuação negativa do Ibra’⁵⁶” Este comentário se explica pelo fato de que, no Estado do Rio de Janeiro pré-golpe, o sindicalismo rural era objeto de disputa entre dois principais grupos: a Igreja, por meio dos Círculos Operários, liderados pelo Padre Carvalho, que orientavam a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Flerj); e o PCB, que orientava a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), cujos líderes principais eram José Pureza da Silva, de Duque de Caxias, Bráulio Rodrigues da Silva, de Nova Iguaçu, e Manoel Ferreira de Lima, de Magé. Com o golpe de 1964, estas lideranças foram obrigadas a fugir e considerarem-se derrotadas. Com o passar do tempo e o surgimento de problemas com o novo regime, cuja implementação havia sido apoiada pelo referido padre, os que pertenciam ao grupo dos

⁵⁵ A compra da propriedade para a implementação deste centro de formação foi realizada com auxílio financeiro do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), instituição coordenada pelo influente militar Golbery do Couto e Silva, que veio posteriormente a ser o presidente do SNI e um dos grandes mentores do regime militar (BARCELLOS, 2008).

⁵⁶ Ibra faz reforma agrária no RJ impondo terror. *Tribuna da Imprensa*, 10/10/1966.

que haviam sido derrotados viram a oportunidade de explorar o fato politicamente para mostrar ao religioso que ele estava errado.

Este seu enfrentamento rendeu-lhe uma situação pela qual ele, por sua trajetória marcada por uma atuação fortemente anticomunista, provavelmente não imaginava passar:

Ao tomar conhecimento de que o Padre Carvalho se encontrava realizando um levantamento [das condições das famílias ameaçadas de expulsão], o Tenente Leal, da Guarda Rural do Ibra, mandou que um guarda fosse armado ao encontro do religioso e o encaminhasse ao Centro Rural de Papucaia. Ao chegar ao Centro, o tenente perguntou ao padre o que ele estava fazendo naquela região. O religioso respondeu que se tratava de um levantamento sociológico, retrucando, então, o policial que isto não era sua obrigação e que além do mais o religioso não possuía licença do Ibra para realizar tal coisa. Acrescentou ainda o policial que não competia ao padre tratar da reforma agrária porque disto não entendia, tendo no momento o religioso afirmado: "Não entendo desta reforma agrária que vocês estão fazendo"⁵⁷.

O episódio ocorreu no dia 22/10/1966. O religioso só foi solto em virtude da intervenção da Confederação dos Trabalhadores Cristãos do Brasil (também conhecida como Círculos Operários), que intercedeu junto ao arcebispo de Niterói, Dom Antônio Almeida de Moraes Jr., e ao governador Teotônio Araújo, tendo este último determinado a libertação do religioso no mesmo dia⁵⁸. Ao *Jornal do Brasil*, Padre Carvalho afirmou:

A fé com que sempre me dediquei aos problemas do campo é de todo conhecida, tendo a minha passagem pelo extinto Plano Piloto de Ação Agrária do Governo Fluminense a virtude de dificultar a infiltração comunista nos meios agrícolas, àquela época conturbados. Não posso, por isso, ser acusado hoje de agitador ou coisa que o valha⁵⁹.

De acordo com o relato de Júlio Ramirez, o padre Carvalho era muito vigiado pela Guarda Rural, pois havia a desconfiança de que ele fosse próximo de lideranças do

⁵⁷ Ibra prende e ofende sacerdote, *Correio da Manhã*, 22/10/1966.

⁵⁸ Padre preso no E. do Rio por Oficiais do Exército, *Jornal do Brasil*, 21/10/1966; Teotônio solta padre, *Jornal do Brasil*, 22/10/1966; Padre afirma que foi preso ao tentar impedir despejo dos lavradores do Ibra, *Jornal do Brasil*, 25/10/1966; Assembleia fluminense ouve protesto contra prisão do Padre Antônio de Carvalho, *Jornal do Brasil*, 26/10/1966; Ibra prende e ofende sacerdote, *Correio da Manhã*, 22/10/1966; Edição de 03/11/1966 de *Tribuna da Imprensa*.

⁵⁹ Padre afirma que foi preso ao tentar impedir despejo dos lavradores do Ibra, *Jornal do Brasil*, 25/10/1966.

Grupo dos Onze. É provável que essa hipótese tenha sido levantada pelos soldados em função de o padre Carvalho ter atuado como diretor do Plano Agrário do governo de Badger da Silveira, do PTB, mesmo partido do presidente deposto João Goulart e do deputado federal cassado Leonel Brizola. Tendo em vista sua atuação no pré-64, é pouco provável que o padre Carvalho fizesse parte dessa iniciativa política. A prisão desse padre é muito significativa, pois ele era conhecido por suas práticas no sentido de enfraquecer os agentes políticos identificados com o Partido Comunista. Ele era, por exemplo, uma liderança importante dos Círculos Operários, organização considerada conservadora no meio sindical, pois, sobretudo no meio rural, disputava com o PCB a liderança na criação de sindicatos. Mesmo assim sofreu perseguição militar, o que mostra que a repressão não se abateu apenas sobre os comunistas, trabalhistas ou identificados com essas linhas políticas, mas sobre todas as pessoas que representassem algum tipo de ameaça, mesmo que pequena. No caso do Padre Carvalho, a ameaça que ele representava era à própria autoridade dos guardas na região, já que, pela sua condição de sacerdote, era uma figura respeitada que estava se colocando em oposição a eles e questionando seu trabalho.

Isto é perceptível nos próprios arquivos do SNI. Em um documento datado de 28/04/1977, tendo em vista sua proximidade com os sindicatos e sua atuação no Plano Agrário do governo Badger da Silveira, padre Carvalho foi qualificado pelo autor da informação (cujo nome não é identificado) como um sacerdote pertencente à “ala esquerdista da Igreja”. Chama atenção no documento uma anotação escrita à mão pelo então ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República (hoje Casa Civil), Golbery do Couto e Silva⁶⁰, afirmando que conhecia o padre Carvalho desde 1961, quando da criação do Ipes; que o religioso havia sido assessor do padre Veloso, importante liderança no processo de difusão de iniciativas voltadas ao enfraquecimento da ideologia comunista por meio do Ipes; e que o referido padre não tinha “nada de esquerdista, um pouco ingênuo, mas honesto”. A despeito dessa informação, o chefe do SNI determinou que se fizesse um levantamento minucioso das atividades do padre Carvalho e se elaborasse um relatório para o SNI⁶¹.

⁶⁰ Couto e Silva foi o idealizador e primeiro presidente do SNI. Começou a preparar as listas das pessoas consideradas como ameaça à “Segurança Nacional”, ou seja, pessoas ligadas a uma perspectiva política de esquerda, ainda quando estava na liderança do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), uma das principais organizações articuladoras do golpe de 1964 (DREIFUSS, 1981).

⁶¹ Memorando SI/GAB, nº 642, de 28/04/1977. Áreas de tensão. Problemas de terra em Cachoeiras de Macacu/RJ. Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Projeto Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_109809_77.

O episódio de sua prisão gerou repercussão na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. O deputado Inácio Bezerra de Meneses (Arena), considerado porta-voz do Arcebispo de Niterói, manifestou sua indignação em relação ao fato ocorrido com Padre Carvalho, “um democrata convicto”, e sugeriu ao Ministério da Justiça, a criação de um inquérito para apurar as expulsões dos lavradores, tal como denunciou o religioso⁶².

Ao *Tribuna da Imprensa*, no início do ano seguinte, Padre Carvalho manifestou sua preocupação em relação à animosidade da relação entre os guardas do Ibra e os lavradores, de tal modo que não se via mais nenhum soldado andando sozinho. Sua preocupação se estendia também ao fato de que o clima de intranquilidade prejudicava também a produção agrícola, “bastando registrar que a falta de gêneros de primeira necessidade sempre provoca convulsões intestinas”⁶³.

Ainda em 1967, o sacerdote elaborou um manifesto sobre as violências do Ibra e o submeteu à aprovação dos camponeses reunidos em uma concentração de lavradores no dia Primeiro de Maio (dia do trabalhador). Aprovado o texto, foi enviado ao Presidente da República. A repórteres do jornal *Luta Democrática*, presentes no evento, Padre Carvalho disse estar organizando outra atividade para o dia 13 de junho daquele ano a fim de mostrar às autoridades as arbitrariedades praticadas pelo administrador do Núcleo Papucaia, Tenente Amauri, e seus assessores. Para este encontro estavam sendo esperados trabalhadores também dos demais municípios da região, já que diversos outros padres do estado estavam envolvidos na organização. O jesuíta disse ainda estar planejando a fundação de um novo sindicato de trabalhadores no município porque aquele que havia era “fantasma”⁶⁴.

Depois disso, o padre elaborou ainda um relatório-denúncia para ser enviado ao Ministério da Agricultura com um minucioso detalhamento da situação de Papucaia. Ao *Jornal do Brasil*, afirmou:

Os soldados do Ibra odeiam os lavradores, são odiados por eles e já foram batizados de “peste amarela” pelas famílias oprimidas e sem esperança, o que representa, contrariando o interesse do próprio governo, a preparação de um terreno para uma crise social de consequências catastróficas (...) Temos tentado ajudar

⁶² Assembleia fluminense ouve protesto conta prisão do padre Antônio de Carvalho. *Jornal do Brasil*, 26/10/1966.

⁶³ Ibra criou no RJ clima violento. *Tribuna da Imprensa*, 15/02/1967.

⁶⁴ Padres e lavradores denunciam violências do Ibra em Papucaia. *Luta Democrática*, 07/06/1967. A reportagem traz a íntegra da referida carta.

as 200 famílias hostilizadas, mas elas são odiadas pelos “soldados amarelos, que as chamam de invasoras, porque ocuparam a gleba com títulos da extinta Supra. Não discuto se as famílias serviram de instrumento de agitadores, mas o certo é que são gente humilde que precisa ser integrada. (...) Os lavradores brasileiros vem sendo cobaias para experiências de reforma agrária no Brasil desde o Inic, a Supra e, agora, com o Ibra⁶⁵.

Não temos elementos suficientes para estimar o impacto da influência do Padre Carvalho para a solução do problema, mas certamente ela foi importante pois o período do relatório coincide com a informação dada por Julio Ramirez de que a substituição dos militares “linha dura” por “moderados” no Núcleo Colonial Papucaia ocorreu em 1967.

5.3 O papel do sindicalismo rural

Os governos militares intervieram, por meio do Ministério do Trabalho em praticamente todos os órgãos sindicais desde a Confederação Nacional (Contag), passando pelas federações estaduais, até os sindicatos municipais, substituindo as lideranças ligadas ao PCB (ou ao PTB quando fosse o caso) por lideranças ligadas aos Círculos Operários⁶⁶. Isso não significou o fim do sindicalismo rural, mas levou a uma mudança significativa na orientação política dos sindicatos. Em linhas gerais, as principais mudanças foram a descontinuidade do apoio às ocupações de terra e o início de uma relação muito mais conciliatória com o Estado. Este cenário começou a se modificar a partir de 1967, com a eleição de uma chapa liderada por José Francisco da Silva em oposição ao interventor José Rotta, originário dos Círculos Operários de São Paulo. A partir daí a direção da Contag iniciou um processo de formação de novas lideranças no intuito de estimular a formação de oposições sindicais no nível dos sindicatos (BARCELLOS, 2008).

A partir do material de campo consultado e das entrevistas realizadas, é possível inferir que a contribuição do sindicalismo na resistência dos lavradores frente às arbitrariedades do Ibra no período em que ela ocorreu com maior intensidade (final de 1966 e início de 1967) foi relativamente limitada. A única reportagem a que se teve acesso em que aparece a fala de um dirigente sindical é a do *Tribuna da Imprensa*, de

⁶⁵ Padre faz relatório para mostrar “peste amarela da reforma agrária” do Ibra. *Jornal do Brasil*, 16/06/1966.

⁶⁶ Havia regiões, como o Rio Grande do Sul e Pernambuco, em que os sindicatos eram majoritariamente dirigidos por lideranças ligadas à Igreja e sofreram menos intervenções.

10/10/1966. Nela, José de Almeida, indicado como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Magé, denuncia os incêndios de barracos nas localidades de Quizanga e Imbiara. É muito provável que a notícia contenha erros, pois nenhuma das duas localidades pertence a Magé. A primeira fica em Cachoeiras de Macacu e a segunda em Rio Bonito. Ademais, Teixeira (2011), em sua dissertação de mestrado, estudo que se concentrou nos conflitos fundiários de Magé e que trabalhou com os arquivos do referido STR, afirma não ter encontrado registros de atividades sindicais entre 1964 e 1968. Isto não significa que não tenha havido nenhuma atividade, mas é um indicativo de que o sindicalismo passava por dificuldades.

O único documento sindical a que se teve acesso nos arquivos da Fetag/RJ a respeito do problema é um ofício datado de 20/10/1971, produzido pelo STR de Cachoeiras de Macacu, que passou pela Fetag/RJ, até chegar à Contag para ser enviado ao Ministério da Agricultura, ao Incra e à Presidência da República. O ofício restringia-se ao caso específico da Gleba Nova Ribeira, pertencente ao Núcleo Papucaia. Dizia o documento:

Tumultuada por agitações e outros tormentos, data de antes do advento da Revolução de Março de 1964 o clima de insegurança dos lavradores da Gleba Nova Ribeira. Após o saneamento de tais agitações, a tarefa de desenvolvimento da área foi realizada pelo extinto IBRA, que reiniciou o cadastramento e seleção dos lavradores, a localização dos lotes etc. Mas, embora a existência de enormes extensões de terra abandonada, foram logo os lavradores informados que nem todos teriam o privilégio de lá permanecer, pois a grande maioria deles não foi selecionada por questões de idade, educação, número de filhos e até mesmo de simpatia pessoal, como ocorreu com Antônio Castilho, Sebastião Silva, Geraldo e Godofredo de Tal, preteridos pelo colecionador (sic)⁶⁷ do Incra de nome Carlos Alberto de Nóbrega. Mas ao serem comunicados que teriam que abandonar a área, os que não foram selecionados, (a maioria) começaram a surgir os problemas, (...) porque muitos já possuíam benfeitorias em seus lotes e não concordaram com a indenização avaliada unilateralmente, outros simplesmente porque não tinham para onde ir. Neste momento surgiram em cena as pressões da administração do Núcleo, as violências da Polícia Rural, as prisões ilegais, os despejos sumários etc .

A expressão “falta de simpatia pessoal” pode ser interpretada como uma forma disfarçada de se referir a divergências políticas ou à trajetória de envolvimento nas

⁶⁷ Trata-se, provavelmente, de uma falha de datilografia. Presume-se que a intenção do redator tenha sido escrever administrador.

ocupações de terra do pré-64, ou ainda a eventuais posicionamentos de crítica à atuação do Ibra na região. Um elemento que chama atenção no conteúdo do relatório é que os exemplos de violências são todos de situações relativamente recentes em relação à data do relatório. Não há nenhuma referência às expulsões em massa e as queimadas de barracos e de lenha que marcaram o final do ano de 1966.

Por outro lado, Barcellos (2008) informa que, a partir dos depoimentos que tomou para a elaboração de sua pesquisa de mestrado, que a Fetag/RJ não estava alheia à atuação do Ibra. Desde 1965, a entidade acompanhava as iniciativas do Ibra no sentido de desfazer os feitos dos governos pré-golpe, considerados errôneos, principalmente em Cachoeiras de Macacu, Macaé e Caxias. É curioso que sejam raras as declarações públicas da Fetag/RJ em relação às denúncias contra a Guarda Rural. Observando-se, por exemplo, uma notícia do Jornal do Brasil, de 23/05/1967, sobre problemas de violência enfrentados por lavradores, encontramos uma referência a um pedido de providências urgente feito pela Fetag/RJ ao então governador do estado, Jeremias Fontes, sobre o problema dos camponeses de Itaboraí que enfrentavam pressões de grileiros, mas não encontramos nenhuma referência a cobranças da mesma Federação a respeito dos problemas dos lavradores de Papucaia, que são mencionados na mesma notícia, em função da Guarda Rural. Em vez da Fetag/RJ, neste caso, a entidade mencionada como mediadora dos camponeses é a Federação dos Trabalhadores Cristãos.

6. O poder por meio do assistencialismo

Os militares brasileiros não lançaram mão apenas de violência para exercer o controle sobre a população. Tendo por base experiências de outros países, como França e Estados Unidos, no combate a “inimigos internos”, as Forças Armadas do Brasil incorporaram diversas aprendizagens. Uma delas foi a doutrina da “guerra revolucionária”, segundo a qual os setores mais sofridos da sociedade são os mais suscetíveis a se tornarem massa de manobra dos agentes subversivos. Por isso faz-se necessário adiantar-se aos agitadores e conquistar a simpatia da população civil para passar-lhe os valores nacionalistas e “ordeiros”, para que, quando os subversivos chegarem, a população pobre não se deixe inflamar. Um dos principais programas desenvolvidos pelo regime de 1964 nesse sentido foi o chamado “Ações Cívico-Sociais” (Aciso) a partir do qual, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica faziam operações de aproximação com as populações mais carentes das regiões onde havia

informações de tentativa de formação de grupos de guerrilha ou onde houvesse um histórico de atuação de grupos de esquerda (GUIMARÃES, 2014). Essa concepção dos militares está explícita também no Inquérito Policial Militar do Partido Comunista Brasileiro em que os camponeses são tidos como presas fáceis de agitadores subversivos.

Essa estratégia de controle social, no entanto, não é uma invenção exclusiva dos militares. No estudo feito por Foucault (2003) a respeito da formação do que ele chamou de panoptismo social, o autor cita o exemplo dos *quakers*, grupos que se formaram na Inglaterra da segunda metade do século XVIII com objetivo de manter a ordem e tinham a tarefa de vigiar e prestar assistência à população, tudo isso para produzir um saber de vigilância, que dá condições àquele que reúne este saber para exercer um controle sobre os vigiados. A dominação, tanto a capitalista, como qualquer outra, não conseguiria se manter se fosse exclusivamente baseada na repressão. Assim também o regime militar no Brasil não se sustentaria se apostasse todas as suas fichas na violência, como descritas no segundo item deste trabalho.

Para Foucault (2015), o poder tem como alvo o corpo do ser humano não para supliciá-lo, mas para adestrá-lo. O objetivo é controlar as pessoas em suas ações para que seja possível utilizá-las, aproveitando suas potencialidades, diminuindo sua rebeldia e sua capacidade de resistência contra as determinações que recebem, de modo a torná-las politicamente dóceis. Nesse sentido, pensar o poder apenas a partir da noção de repressão seria limitado:

Se o poder fosse apenas repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que, de fato, ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, produz discurso (FOUCAULT, 2015, pp. 44-5).

Este poder permeado, incorporado pelos indivíduos é o que o autor chama de poder disciplinar: a pessoa obedece e não reclama, porque acha que é assim que ela deve se comportar. Era o objetivo dos militares ao implementar as políticas assistencialistas, como veremos nos subitens abaixo.

6.1 O assistencialismo do Ibra

O Ibra, embora presidido por um civil (inicialmente o economista Paulo de Assis Ribeiro e depois por Cesar Catanhede), tinha sua política fortemente influenciada pelos militares. Bruno (2008) mostra como era tensa e complexa a relação entre militares e técnicos civis que buscavam encontrar formas de fortalecer as iniciativas de fortalecimento da reforma agrária no sentido proposto pelo Estatuto da Terra. “A desigualdade de recursos de poder entre militares e técnicos e servidores abriu espaço para perseguições pessoais, muita animosidade e medo” diz autora. Além disso, seus entrevistados também relataram ser recorrente situações em que militares delatavam servidores ao SNI por “atividades suspeitas”. Os servidores do Ibra eram inclusive monitorados e possuíam cada um uma pasta com os registros de sua trajetória político-profissional. Isso fez com que a política implementada pelo órgão recebesse forte influência da doutrina da guerra revolucionária que orientava as Forças Armadas, como vimos acima. A política do Ibra, portanto, buscava ganhar a simpatia dos lavradores, apesar de todas as práticas violentas. E isso era uma orientação dada também aos soldados da Guarda Rural, tal como relatou o ex-guarda entrevistado:

A grande dificuldade [na nossa atuação] estava em solucionar problemas para os quais o guarda não tinha capacidade ou competência legal. Desde providenciar funerais para indigentes até socorrer parturientes em veículos inadequados, tudo era responsabilidade da Guarda Rural. (...). Núcleos e Projetos do Ibra eram naturalmente distantes da sede do Município e neles não havia, como não há na grande maioria até hoje, serviços públicos adequados. A principal atribuição era manter a ordem e proteger o patrimônio nos núcleos avançados do Ibra, mas a Guarda Rural não se limitava a isso, *porque foi orientada a atender as necessidades da população* (Ex-guarda rural, entrevista concedida a Fabricio Teló, por e-mail, 15/07/2015).

Este trecho é muito ilustrativo de como a estratégia de se aproximar da população e conquistá-la por meio do assistencialismo foi adotada pelo Ibra nos Núcleos Coloniais, especialmente naqueles onde havia histórico de atuação de membros do Partido Comunista na organização de ocupações de terra e na criação de sindicatos ou associações de lavradores.

Conforme relato de um antigo tratorista do Ibra, entrevistado por Fabricio Teló e Ricardo Braga em 29/07/2015, os militares eram requisitados pelos lavradores para solucionar problemas do cotidiano e, por isso, eram “como pai, mãe, avô, avó”. Ele

relatou ainda que na sede do Núcleo Papucaia, o Ibra prestava serviços médicos, odontológicos, mecânicos, possuía pedreiros, tratoristas e um conjunto de técnicos para prestar os diferentes serviços.

Pela descrição feita pelo técnico Júlio Ramirez, o Ibra em Papucaia, por exemplo, possuía uma significativa infraestrutura de prestação de serviços, a maioria controlada por militares:

(...) sempre havia militares em Papucaia. Eram vários militares: Tenente Barroso, Tenente Kelly, Tenente Joia, Tenente Telésforo. Eram vários tenentes que tinham postos-chave em Papucaia. Porque Papucaia era uma administração com toda estrutura. Por exemplo, o Barroso era encarregado pelas compras para Papucaia; o Kelly era responsável pela questão administrativa; o Telésforo era contador do projeto; o Joia era uma espécie de assessor, sem função definida. E o chefe da topografia era o Capitão Freitas. (...) Nós tínhamos um colega, também agrônomo, que ele foi responsável pela garagem de Papucaia; cuidava dos tratores; dos veículos; combustível; da oficina mecânica; enfim. Havia uma oficina mecânica muito grande, lá (Júlio Ramirez, entrevista concedida a Fabricio Teló em Brasília, em 29/04/2015).

Em vídeo produzido pela Agência Nacional, em 1967, sobre os avanços promovidos pelos trabalhos do Ibra, é possível ver o maquinário em funcionamento nas lavouras, arando a terra e abrindo estradas, bem como o grupo de técnicos administrativos trabalhando com a documentação dos lotes, projetando mudanças na infraestrutura e na gestão dos lotes, cuidando da manutenção das máquinas, etc. Em tom de propaganda, o narrador exalta o Ibra:

Semear e colher, binômio calcado na objetividade, motiva hoje toda uma população rural até há bem pouco renegada ao abandono. São estradas que se abrem para o escoamento das produções. Não é chegado o tempo de ensarilhar enxadas pois efetua-se a integração que busca aproximar cada vez mais o homem de suas fontes de produção. Facilitar condições, propiciar técnicas e métodos compatíveis com a realidade de uma região, integrar o lavrador no ritmo pujante da cidade é o espírito que norteia o trabalho do Ibra em suas atividades na área prioritária no Rio de Janeiro. Uma verdade insofismável sobre a Baixada Fluminense parece indicar o caminho certo a ser trilhado: em se plantando, dá (Narração do vídeo Em se

plantando dá. Agência Nacional, Cinejornal Informativo, 61, de 1967)⁶⁸.

Outra forma de cativar a simpatia da população era contratando rapazes para trabalhar nas obras do Ibra. Ramirez contou que diversos lavradores trabalhavam durante alguns dias da semana para o Ibra e nos outros dias cuidavam de seu lote. Um dos nossos entrevistados de Papucaia, por exemplo, trabalhou na construção do estábulo para o Projeto Agropecuário Marubaí, anteriormente mencionado. Essa aproximação, no entanto, se deu de maneira mais intensa depois de 1966 quando as expulsões em massa diminuíram. É o que indica uma notícia do *Jornal do Brasil*, de 14/09/1967, que traz informações sobre um inquérito parlamentar desenvolvido sobre as denúncias contra a Guarda do Ibra: conforme descrição do deputado Sadi Bogado (MDB-RJ), enviado a Papucaia para verificar a situação, os guardas estavam se comportando de maneira correta, atuando inclusive como “instrutores” dos camponeses⁶⁹. A notícia não dá detalhes a respeito de que tipo de instrução os guardas davam, mas pode-se presumir que se tratava de transmissão de técnicas agrícolas e aprendizagens adquiridas na própria formação militar em geral.

Em Capivari, os guardas atuavam também em diversos serviços. Uma reportagem do *Jornal do Brasil*, de 24/01/1968, indica que eles trabalhavam na manutenção de estradas, especificamente a linha que ligava a localidade à rodovia Rio-Petrópolis, mantinham uma escola primária na sede administrativa do núcleo e ministravam cursos de corte e costura⁷⁰.

Este tipo de iniciativas colocava um contrapeso na balança de avaliação da conduta do Ibra pelos lavradores. Se houve um tempo marcado pela truculência, houve também um marcado pela tentativa de aproximação e de instituição de um poder disciplinar que possibilitasse aos militares a orientação política dos lavradores para uma posição de convergência com o projeto da ditadura.

6.2 Ações Cívico-Sociais: as operações Araribóia

Outro exemplo que ilustra essas iniciativas de aproximação do Exército com a população é o que foi chamado de Operação Araribóia, uma espécie de mutirão de

⁶⁸ Disponível em: http://zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgirnSqMWDKwmX_35WMKobvWxg0XO0ga17PrD6bjv2Kj04.&idRepositorio=0&modelo=0.

⁶⁹ Deputado do CPI que apura denúncias contra Ibra diz que elas não procedem. *Jornal do Brasil* 14/09/1967.

⁷⁰ Parque Capivari tem sinais da revolta dos lavradores de 1963. *Jornal do Brasil*, 24/01/1968.

soldados junto à população pobre para distribuir material escolar, prestar assistência médica, dentária, jurídica e alimentar. A ação acontecia anualmente sob a responsabilidade do Terceiro Regimento de Infantaria da Primeira Região Militar, tendo como “principal objetivo, manter um clima de cordialidade e confraternização com as entidades civis e com o povo em geral”⁷¹. Tal iniciativa contava com o apoio da Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu, conforme se percebe no decreto 77/67 de 10/11/1967, em que o Prefeito Ruy Coelho Gomes determina a destinação de dois mil cruzeiros novos ao grupo de militares responsável pela referida operação⁷².

Um documento do SNI indica ainda que essas operações abriam um canal de diálogo entre camponeses e forças armadas em que estas ouviam aqueles, como se percebe no seguinte trecho:

Três anos após a Revolução, em 1967, quando da realização da Operação Araribóia pelo então 3º Regimento de Infantaria, foi constatado que:

- “Os lavradores da área JAPUÍBA-PAPUCAIA, no Município de CACHOEIRAS DE MACACU, estão descontentes com a atuação de elementos do IBRA, pela maneira violenta como atuam, incendiando inclusive barracos de pequenos agricultores”;
- “Os proprietários rurais fornecem a terra aos agricultores em troca de 50% da renda bruta, sendo que da parte do lavrador são retiradas as despesas com inseticidas, impostos, sementes, etc. Este fato cria condições favoráveis a penetração e atuação de agitadores”.⁷³

Não foi possível encontrar o relatório desta operação de 1967, tampouco das demais, porém apenas essa referência no documento do SNI já é um indicativo de que os soldados ouviram as reclamações dos camponeses, registraram e repassaram aos superiores. Se isso teve implicações na condução dos trabalhos da Guarda Rural é uma questão a ser investigada. Esses elementos demonstram que se, por um lado, havia situações de violência, por outro, havia também aproximações que colocavam as forças militares em outro lugar na vida dos agricultores.

Algumas ideias de Maquiavel (1513/2004) sobre a política podem nos ajudar a interpretar o que descrevemos acima. Segundo ele, para que o príncipe (ou quem está à

⁷¹ Exército dará material escolar a município. *O Globo*, 08/11/1967; Forças Armadas - Operação. *O Globo*, 17/11/1967; Operação do Exército ajuda pobres. *Correio da Manhã*, 31/10/1969.

⁷² Decreto 77/67, de 10/11/1967 do Prefeito Ruy Coelho Gomes. Livro 9 – Deliberações, Decretos e Decretos-Leis. Arquivo Municipal de Cachoeiras de Macacu/RJ.

⁷³ Informação nº 002/16/ARJ/84. Propaganda subversiva por elementos do clero. Relatório do Serviço Nacional de Informações datado de 10/01/1984.

frente do Estado) mantenha seu poder, ele deve se preocupar em estabelecer uma relação de amizade e aproximação com seus súditos, o que se conquista pelo vínculo de reconhecimento. Na hipótese de não ser possível a concretização dessa relação amigável, geralmente em função da necessidade de usar de práticas cruéis – leia-se usar a força – o príncipe, deve, pelo menos, evitar ser odiado. No caso em questão, dada a necessidade sentida pelos militares de usarem a força para expulsar os posseiros, inviabilizando assim uma relação de “amizade” e de “amor” – para usar os termos de Maquiavel – essas iniciativas de aproximação podem também ser interpretadas como uma forma de os militares ao menos evitarem o ódio generalizado dos lavradores e manterem, dessa forma, seu poder sobre eles.

7. Repressão e aproximação como estratégias de controle da população

Um dos objetivos centrais da Guarda do Ibra era retirar das áreas destinadas à reforma agrária (os chamados núcleos coloniais) os lavradores que não estavam regularizados para dar lugar àqueles que os militares do Ibra consideravam merecedores. A maior parte desses ocupantes irregulares de lotes eram posseiros que haviam participado de ocupações de terras no pré-64 e que foram expulsos dessas áreas pelo Exército no imediato pós-golpe. A forma como foi conduzido esse processo baseou-se fortemente no pressuposto weberiano do monopólio legítimo da força pelo Estado e no poder simbólico que este monopólio gera, tal como teorizado por Bourdieu. A grande maioria, ao serem informados de que deveriam deixar os lotes, o fez sem apresentar resistência violenta. Nos casos em que houve resistência, valeu o direito do Estado de usar a força por meio do incêndio de casas e de benfeitorias.

Pelos argumentos adotados pelo advogado Walter Povoleri na defesa dos lavradores quando dava declarações aos jornais, percebe-se que ele tinha conhecimento da estratégia dos militares de utilizar a doutrina da guerra revolucionária. Veja-se este exemplo de declaração que deu ao *Correio da Manhã*: “O general [Saraiva], com esses atos truculentos, arbitrários e violentos, tem feito muito mais agitação no meio rural do que alguns pseudo-lavradores de antes da revolução”⁷⁴. Era uma forma de alertar os militares de que a forma como estavam agindo estava indo contra a orientação das Forças Armadas de se aproximar da população e evitar influências subversivas, pois a

⁷⁴ Advogado acusa general do Ibra. *Correio da Manhã*, 15/11/1966.

violência dos soldados do Ibra deixaria as pessoas revoltadas e mais suscetíveis a convites de revolucionários para aderir a grupos de resistência ao regime.

O Ibra, portanto, tinha uma atuação caracterizada por certa ambivalência na medida em que, por um lado, atuava com violência e falta de sensibilidade na definição dos agricultores com direito a permanecer na terra e, por outro, para os lavradores selecionados para um lote de terra, prestava diversos serviços de assistência, desenvolvia projetos etc. Dependendo das experiências vivenciadas, diferentes memórias sobre o Ibra e sua Guarda Rural estão presentes entre os lavradores. Essa combinação de uso da violência e de assistencialismo permitiu ao Ibra exercer um relativo controle sobre a grande maioria dos lavradores, tirando-os da zona de influência dos militantes de antes do golpe articulados em torno dos partidos e organizações de esquerda, como o PCB, BCdoB, PTB e Ligas Camponesas.

Essa ambiguidade característica dos militares nos faz lembrar novamente de Maquiavel, que sugere ao príncipe a necessidade de criar com seus súditos uma vínculo tanto de amizade como de temor, deve saber usar tanto sua natureza humana (o combate com as leis, o diálogo e a disputa no plano das ideias e do convencimento) como a animal (o combate com a força física, o uso da violência). Dito de forma metafórica, o líder do Estado deve “usar a raposa para conhecer os laços e a força do leão para aterrorizar os lobos” (MAQUIAVEL, 1513/2004, p. 84).

A instauração da Guarda do Ibra, formada por militares egressos da Polícia do Exército, foi mais uma das diversas iniciativas dos governos da ditadura inaugurada em 1964 no sentido da doutrina da segurança nacional. O pressuposto era a existência de um inimigo interno que deveria ser combatido. Para isso, fez-se uso das prerrogativas do Estado de ser o detentor do monopólio legítimo da violência e de seu aparato de prestação de serviços para exercer o controle sobre a população.

Esse controle dos militares, no entanto, não durou para sempre. Da segunda metade da década de 1970 em diante o regime militar começou um lento processo de enfraquecimento. Sader (1988) analisa esse processo destacando a entrada de “novos personagens em cena”, como as organizações de bairro, as comunidades eclesiais de base, os clubes de mães, as oposições sindicais etc. Tudo isso foi contribuindo para a criação de um ambiente político pró-democracia. No campo a Comissão Pastoral da Terra foi fundamental para a organização dos camponeses nesse sentido, sobretudo por meio do apoio à retomada das ocupações de terra e da formação de chapas de oposição às diretorias sindicais consideradas pouco combativas.

A Guarda Rural foi extinta em 1976, mas não se tem maiores informações sobre a forma como se deu e os motivos que provocaram esse processo. Boa parte dos guardas foram aos poucos deixando as áreas para estudar (muitos se formaram em Direito e permaneceram no Incra atuando na área jurídica), outros voltaram para o Paraná e para Santa Catarina, seus estados de origem, e outros ainda permaneceram nas áreas e foram incorporados ao quadro administrativo do Incra.

Esse trabalho nos leva a algumas questões: poderíamos interpretar a saída obediente dos lavradores que não opuseram resistência à expulsão imposta pela Guarda do Ibra como fruto de um *habitus* orientado para o respeito ao poder simbólico que o Estado detém baseado em seu monopólio da força? Seriam esses episódios em que narramos o uso da força pelos militares sinais do enfraquecimento do poder do Estado, como nos sugere Arendt, ou, ao contrário, evidências da efetividade de seu poder sobre os lavradores, como interpretaria Benjamin?

Do ponto de vista da resistência, outras questões também ficaram em aberto: como se construiu a alternativa da recorrência aos jornais como instrumentos de denúncia das violências e o que motivou tais atores a se sensibilizarem com a causa e se colocarem a favor da defesa dos lavradores? A relativa ausência dos atores sindicais na defesa dos lavradores frente à Guarda do Ibra se explica apenas em função das restrições democráticas impostas pelos governos militares ou havia algum outro fator que dificultava um posicionamento mais explícito dos sindicatos e da Fetag/RJ? O que motivava a participação de diversos advogados na defesa jurídica dos colonos frente aos despejos promovidos pelo Ibra? O que ocorreu com o Padre Carvalho após sua prisão pelos guardas do Ibra e qual seu papel no processo de reconstrução do STR de Cachoeiras de Macacu? Essas e outras perguntas ficam como objeto de pesquisa para futuras pesquisas.

Referências bibliográficas

- ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Urbano e Regional/UFRJ, 1982.
- ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- BARCELLOS, Fernando H. *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2008.

BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. In: _____. *Escritos sobre mito e linguagem*. São Paulo: Editora 34, 2013.

BOURDIEU, Pierre. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas/SP: Papirus, 1996.

_____. *Sobre o Estado*. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

BRAGA, Ricardo; TELÓ, Fabricio. *Conflitos e repressão no campo em Cachoeiras de Macacu*. In: MEDEIROS, Leonilde (coord.) *Conflitos e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Relatório de Pesquisa. CPDA/UFRRJ, 2015. Disponível em: <http://www.cev-rio.org.br/site/arq/CPDA-UFRRJ-Conflitos-por-terra-e-repressao-no-campo-no-RJ.pdf>.

BRUNO, Regina. Guardiões da reforma agrária: servidores públicos e técnicos em defesa de uma reforma agrária durante a ditadura militar do Brasil. In: *Tempos Históricos*. V. 16, 2º Semestre, 2008.

CATELA, Ludmila. El mundo de los archivos. In: CATELA, Ludmila; JELIN, Elisabeth. *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Madrid: Siglo XXI Editores, 2002.

CHAMMAS, Eduardo Z. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a Conquista do Estado*. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008.

ESTEVES, Carlos L. da S. O agrarismo ipesiano nos projetos de Paulo de Assis Ribeiro. In: *Saeculum*. Revista de História [26]. João Pessoa, jan./jun. 2012.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GALLEGOS, Enrique. Violência, liberación y política: entre Rousseau, Hobbes e Benjamin. In: *XVI Congreso Internacional de Filosofía*, Universidad Autónoma del Estado de México, Toluca, Estado de México, 2011.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1987.

GUIMARÃES, Plínio F. *Outras formas de enfrentar a ameaça comunista*. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Vai di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944) mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996.

RODRIGUES, Georgete M. Verdade do arquivo versus autoridade do arquivo: reflexões a partir do caso Herzog. In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco A. (orgs.) *Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

SADER, Emir. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, José P. *Memória camponesa*. Organização de Eliane Cantarino O'Dwyer. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

THIESEN, Iceia. Documentos “sensíveis” entre a memória institucional e a memória vivida: a verdade (im)possível. In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco A. (orgs.) *Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

WEBER, Max. A política como vocação. In: _____. *Ensaaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

Entrevista

Antigo soldado da Guarda Rural do Ibra. Entrevista concedida por *e-mail* a Fabricio Teló em 15/07/2015.

Gerson da Conceição. Entrevista a Fabricio Teló e Leonilde Medeiros, Rio de Janeiro, 06/05/2015.

Júlio Lizarraga Ramirez. Entrevista a Fabricio Teló. Brasília, 29/04/2015.

Moradores de Papucaia. Entrevistas concedidas a Fabricio Teló e Ricardo Braga em novembro de 2014 e em janeiro de 2016.